

CLAUDIA MARIA DE LIMA

**TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NAS
COMUNIDADES DE BRASÍLIA TEIMOSA E ITAPISSUMA.**

Recife

2013

CLAUDIA MARIA DE LIMA

**TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA
ARTESANAL NAS COMUNIDADES DE BRASÍLIA TEIMOSA E
ITAPISSUMA.**

Dissertação apresentada por CLAUDIA MARIA DE LIMA ao programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre sob a orientação da professora doutora Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.

Recife
2013

CLAUDIA MARIA DE LIMA

**TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NAS
COMUNIDADES DE BRASÍLIA TEIMOSA E ITAPISSUMA.**

Aprovado em: ____ de _____ de 2013

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão - Posmex/UFRPE

Profa. Dra^a. Maria Helena Santana Cruz- Programa de Pós-Graduação em
Educação/UFS - Examinadora externa

Profa. Dr^a. Alcileide Cabral do Nascimento
Programa Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional/UFRPE

Prof. Dr. Angelo Brás Callou - Posmex/UFRPE

Profa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida - Posmex / UFRPE

Recife
2013

Dedico este trabalho a minha mãe (in memoriam), Cleide Lima, uma mulher muito guerreira. A Rosário Andrade pelo companheirismo, e também a todas as mulheres pescadoras que enfrentam com sorriso no rosto os desafios do trabalho na pesca.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me fortalecer sempre.

A minha mãe Cleide Lima (in memoriam) pelo apoio incondicional que sempre me proporcionou e ao meu pai Jefferson Lima pelo apoio aos novos desafios.

A minha orientadora, Rosário Andrade, pela paciência, dedicação e trabalho no desenvolvimento desta pesquisa. E pelas novas experiências e descobertas que me proporcionou neste período.

Aos meus professores no Posmex: Irenilda Lima, Paulo de Jesus, Angelo Brás Callou, Sallet Tauk, Maria das Graças A. A. Almeida, pelos conhecimentos compartilhados e pelos momentos vividos durante o curso.

A prof^a. Dr^a. Cristina Maneschy, da Universidade Federal do Pará, pelos textos encaminhados que foram de grande importância e pela atenção proporcionada durante a dissertação.

A Márcia Aguiar da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, pelos livros cedidos.

Aos colegas de sala, os quais muitos se transformaram em amigos.

Aos meus amigos e familiares que sempre torceram por mim.

RESUMO

Esta pesquisa consiste num recorte do projeto “Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, o qual analisou a partir de narrativas das pescadoras, a transversalidade de gênero nas políticas públicas do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, no que se refere à pesca artesanal na perspectiva do desenvolvimento local. O foco principal consiste na forma como estas políticas públicas são acessadas pelas mulheres pescadoras e quais os diálogos entre política pública e desenvolvimento local, aqui especificamente as políticas públicas direcionadas à pesca artesanal. Para o resgate destas informações utilizamos a metodologia participativa com uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram obtidos em entrevistas realizadas no formato de grupos focais, incluindo 16 mulheres pescadoras, sendo: 08 pescadoras de Brasília Teimosa e 08 pescadoras de Itapissuma. Dentre as indagações que nortearam a pesquisa estão: Qual a relação, nas narrativas das pescadoras, entre políticas públicas e trabalho, saúde e alimentação na pesca artesanal? Quais as dificuldades no acesso as políticas públicas? Qual a relação destas políticas com o desenvolvimento local? Para isto fundamentamos nossa pesquisa a partir dos autores: Leitão, Sorj, Hirata, Maneschy, Taulk Santos, Callou, Augusto de Franco, Jara, Texeira, dentre outros.

Palavras-chave: Transversalidade de Gênero, Políticas Públicas, Desenvolvimento Local.

RESUMEN

Esta investigación consiste en un corte del proyecto "acciones para fortalecer el Mainstreaming de género en las políticas públicas para la pesca y la acuicultura, el Ministerio de pesca y acuicultura – MPA, con esto, analizamos desde las narrativas de los pescadores, la transversalidad de género en las políticas públicas del Ministerio de pesca y acuicultura – MPA, con respecto a la pesca artesanal en la perspectiva de desarrollo local. El foco principal está en cómo estas políticas públicas son accesibles por los pescadores de las mujeres y los diálogos entre políticas públicas y desarrollo local, específicamente políticas públicas orientadas a la pesca en pequeña escala. Al rescate de esta información, utilizamos una metodología participativa con una investigación cualitativa, cuyos datos fueron obtenidos en entrevistas realizadas en forma de grupos de enfoque, incluidos 16 pescadores de las mujeres, ser: pescadores de pescadores 08 y 08 Brasília Teimosa y de Itapissuma. Una de las preguntas que guían: ¿Cuál la relación, en las narrativas de la pesca, entre la política y trabajo público, salud y alimentación en artesano de los pescados? ¿Cuál las dificultades en el acceso la política pública? ¿Cuál ¿relación de estas políticas con el desarrollo local? Para esto basamos nuestra investigación de los autores: Leitão, Sorj, Hirata, Maneschy, Taulk Santos, Callou, Augustus de Franco, Jara, Texeira, entre otros.

Palabra-llave: Transversalidad de Género, Política Públicas y Desarrollo Local.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Localização Brasília Teimosa	18
Figura 02	Colônia de Pescadores Z-01-Pina	20
Figura 03	Localização Itapissuma	21
Figura 04	Colônia de Pescadores Z-10- Itapissuma	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Dados das pescadoras de Brasília Teimosa	24
Quadro 02	Dados das pescadoras de Itapissuma	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
CAT	COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO
CIPAR	CENTRO INTEGRADO DA PESCA ARTESANAL
CONDEPE	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA
CPP	CONSELHO PASTORAL DA PESCA
CTF	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
DFA's	DELEGACIAS FEDERAIS DA AGRICULTURA
EJA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EPAGRI	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA
EPI's	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL
INSS	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
MMA	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
MPA	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
TEM	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
PRONAF	PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PNPM	PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
RGP	REGISTRO GERAL DA PESCA
SEAP	SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA
SPM	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
UFPB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UFRPE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ZEIS	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 A pesquisa	15
1.2 Aspectos Históricos de Brasília Teimosa e Itapissuma	18
1.3 Metodologia	23
2. CAPÍTULO I: Políticas Públicas, Desenvolvimento Local e Transversalidade de Gênero.	27
2.1 Gênero e Políticas públicas	31
2.2 Gênero e Desenvolvimento Local	35
3. CAPÍTULO II: Pesca Artesanal e Políticas Públicas	39
3.1 Contextualização da Pesca Artesanal	39
3.2 Leis Relacionadas ao Setor Pesqueiro - Pesca Artesanal	44
3.3 Políticas e Diretrizes do Ministério da Pesca e Aquicultura	49
4. CAPÍTULO III: Diagnóstico sobre Trabalho, Saúde e Alimentação a partir dos Relatos das Pescadoras de Brasília Teimosa e Itapissuma	56
4.1 Diagnóstico da Pesca	62
4.2 Diagnóstico Saúde Ocupacional	65
4.3 Diagnóstico Alimentação	69
5. CAPÍTULO IV: Trocas, Experiências e Entrelaçamentos de Saberes Sobre Trabalho, Saúde e Alimentação	71
5.1 Trabalho	73
5.2 Saúde <i>Versus</i> Doença Ocupacional	77
5.3 Gênero e Alimentação	81
6. CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS	96

Ficha Catalográfica

L Lima, Claudia Maria

Transversalidade de Gênero, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal, nas Comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma / Claudia Maria de Lima. -- 2013.

107 f.: il.

Orientadora: Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.

Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2013.

Referências.

1. Gênero, 2. Políticas Públicas 3. Pesca Artesanal 4. - Desenvolvimento local I. Leitão, Rosário Andrade, orientadora II. Título

CDD

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa consiste em analisar, a partir de narrativas das pescadoras, a transversalidade de gênero nas políticas públicas relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal. As questões que norteiam a pesquisa estão centradas na forma como estas políticas públicas são acessadas pelas mulheres pescadoras e quais os diálogos entre política pública e desenvolvimento local, aqui especificamente as políticas públicas direcionadas à pesca artesanal.

Esta pesquisa iniciada em 2010 buscou nos parâmetros quantitativos dados sobre os/as profissionais da pesca artesanal, informações obtidas no Anuário Estatístico da Pesca e Aquicultura (31/12/2009)¹. Os números indicam que existiam na época 833.205 pescadores profissionais em todo Brasil com Registro Geral da Pesca (RGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura. As informações do Anuário indicam que a região Nordeste, consiste no território com maior número de pescadores, um total de 386.081, que representa 46,3% dos trabalhadores da pesca artesanal do país.

Pernambuco², marco territorial desta pesquisa, possui um litoral de 187 km de extensão e ocupa 2,3% de todo o litoral brasileiro. Abrange inúmeras praias, circundadas em três partes: Litoral Norte, Litoral Metropolitano e Litoral Sul. Ainda abrigam um ecossistema produtivo aos quais estão associadas inúmeras espécies de peixes, crustáceos e moluscos, gerando alternativa de renda para milhares de pessoas.

Em 2009, o estado Pernambucano possuía um total 14.452 pescadores sendo 8.713 homens e 5.739 mulheres. Este quantitativo de pescadoras desta cadeia produtiva influencia a introdução da agenda de gênero no bojo das políticas públicas relacionadas às atividades pesqueiras. As demandas por políticas públicas com transversalidade de gênero são confirmadas na elaboração do II Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres³, Brasil (2008), somado a todas as reivindicações do movimento feminista no que se referem especialmente às relações entre gênero e trabalho, especialmente no que tange a divisão sexual do trabalho.

¹ http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/anuario_da_pesca_completo.pdf . Acesso em 17/09/2012.

² Dados do Instituto Oceanário. <http://www.oceanario.org.br>. Acesso em 02/05/2013

³ O (II PNPM) é resultado da mobilização de quase 200 mil brasileiras que participaram, em todo País, das Conferências Municipais e Estaduais, e elegeram 2.700 delegadas. Foi realizada em agosto de 2007.

Pesquisar políticas públicas e transversalidade de gênero faz-se necessário num momento em que se proliferam discursos e ações governamentais na perspectiva de inclusão social. No entanto, indagamos em que medida, as mulheres acessam estas políticas públicas da pesca? Por isso, conhecer em profundidade o cotidiano das mulheres profissionais da pesca artesanal é decisivo para a avaliação de políticas públicas do setor.

Esta pesquisa consiste num recorte do projeto “Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA”⁴, coordenado pela Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão e Ana Luiza Spinelli. O referido projeto realizou um diagnóstico sobre gênero e políticas públicas em cinco estados: Pernambuco, Pará, Ceará, Paraíba e Santa Catarina. Uma das primeiras ações desse projeto consistiu num encontro em Brasília nos dias 06, 07 e 08 de maio de 2010. Evento organizado e realizado pelas coordenadoras do projeto, juntamente com as instituições UFRPE, UFSC, UFBA⁵, UFPA, MPA, MDA e a ONG Flor da Terra, para construção do instrumental metodológico desse projeto.

Ao selecionar as participantes se priorizou a homogeneidade de serem pescadoras associadas às Colônias de Pescadores/as e a heterogeneidade de serem oriundas de diversas, ou de no mínimo duas ou mais comunidades. Esta seleção foi realizada pelas pesquisadoras em parceria com algumas instituições, por exemplo, CPP-PA, Associação de Marisqueiras de Acaú, Ong. Flor da Terra – CE, EPAGRI, Articulação das Mulheres Pescadoras – PE.

A justificativa da delimitação da pesquisa, em Pernambuco, nas comunidades pesqueiras de Brasília Teimosa e Itapissuma está fundamentada em nossa experiência de trabalho nas duas comunidades desde 2008, quando iniciamos o diálogo com as mulheres pescadoras, por intermédio do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE.

Na Colônia Z-01 (Brasília Teimosa) desenvolvemos atividades durante o ano de 2009 no projeto “O trabalho das Marisqueiras do Litoral Sul de Pernambuco/SPM”, as atividades sobre gênero, políticas públicas, meio ambiente, associativismo, saúde e segurança do trabalho, arte, artesanato e gastronomia, possibilitaram uma aproximação com as pescadoras e com as temáticas que envolvem a pesca artesanal.

⁴ A pesquisa foi financiada pelo MPA, Convênio MPA/078/2009.

⁵ A UFBA participou em todo o projeto, mas não foi realizado o diagnóstico das pescadoras na Bahia e sim na Paraíba, por dificuldades operacionais.

Ambas as localidades têm na pesca artesanal sua maior atividade, nestas comunidades é significativa a presença das mulheres na condição de trabalhadoras desta cadeia produtiva. No entanto, foi evidenciado no diagnóstico que a maioria delas tem acesso restrito ao conhecimento das informações e ao exercício dos direitos sociais, relacionados à legislação sobre a pesca artesanal.

A convivência no Grupo de pesquisa “Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE” possibilitou que adentrássemos pelo tema gênero, políticas públicas da pesca artesanal e desenvolvimento local, contribuindo na elaboração e execução de projetos, seja na sistematização de dados e produção de textos acadêmicos.

1.1 A PESQUISA

O foco da pesquisa nas narrativas das pescadoras possibilitou ouvi-las a partir de questões que visualizavam a presença e ausências de acessibilidade e transversalidade de gênero nas políticas públicas relacionadas à pesca artesanal, numa perspectiva de diálogo com os pressupostos do desenvolvimento local. As entrevistas operacionalizadas em grupos focais fomentaram o diálogo entre as pescadoras e a equipe de pesquisa⁶, sobre rotina de trabalho, saúde e alimentação.

Dentre as indagações que nortearam a pesquisa estão: Qual a relação entre gênero e políticas públicas na pesca artesanal? Existem dificuldades no acesso das mulheres a estas políticas públicas? Qual a relação destas políticas com o desenvolvimento local?

Com esta problemática podemos analisar a inclusão das mulheres pescadoras nas diretrizes das políticas públicas e nas ações que envolvem o desenvolvimento local, no contexto social de trabalho, saúde e alimentação.

⁶ Ana Luiza Spinelli – MPA e Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão- Coordenadoras, Claudia Maria de Lima- Socióloga, Claudia França Valença Lopes- Engenheira de Pesca, Daniela Alacon – SPM/PR, Ieda Litwak de Andrade César- Economista Doméstica, Ivan Pereira Leitão- Professor Universidade de Pernambuco, Julia Xavier Souto- Graduanda em Economia Doméstica pela UFRPE, Juliana Andrade Leitão- Fotógrafa/Jornalista, Lian Achan do Nascimento (Graduanda em Biomedicina, pela Faculdade Maurício de Nassau, Recife/PE, Marcos Miliano- Sociólogo, Maria José Pereira Diniz- Mestre em Serviço Social, Maria Solange da Silva- Socióloga, Rejane de Lima Damasceno- técnica, Renata M^a César Falcão (Graduanda em Biomedicina, pela Faculdade Maurício de Nassau, Recife/PE).

Para isto, realizamos em Pernambuco nos dias 30, 31 de julho e 01 de agosto de 2010, na hospedagem Seminário Cristo Rei⁷, um evento, no qual trabalhamos com 16 mulheres pescadoras, e também com o apoio de uma equipe interdisciplinar, vinculada ao Grupo de Pesquisa, além da participação de duas instituições federais: MPA - Ana Luiza Spinelli e SPM/PR - Daniela Alarcon.

A escolha do tema de pesquisa e das localidades, Brasília Teimosa e Itapissuma, como lócus da investigação, foi ancorada também em outras contribuições elaboradas no POSMEX, entre elas algumas dissertações desta Pós-Graduação e de outras instituições. São publicações com temáticas relacionadas a essas duas localidades, inclusive o livro “Comunicação, Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas”, resultado do Projeto Casadinho⁸ uma parceria realizada a partir das 03 instituições: POSMEX, CNPq e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. O acesso a estas pesquisas e publicações nos aguçou interesse sobre o tema.

No processo de apropriação do conhecimento sobre as produções acadêmicas relacionadas às localidades escolhidas, foi realizada uma pesquisa no Banco de tese da CAPES, na qual encontramos as seguintes informações: 10 dissertações das quais 05 com trabalhos referentes à Itapissuma e 05 referentes à Brasília Teimosa.

Sobre Itapissuma, são 03 dissertações na temática de gênero:

- Ana Cristina Almeida de Oliveira Figueiredo “Mulheres em ação: gênero e extensão pesqueira no município de Itapissuma – Pernambuco”, UFRPE/ POSMEX/2010;
- Silvana Marques Porto Araújo “Mulher além da maré: um experimento cinematográfico com as pescadoras do município de Itapissuma, Pernambuco”, UFRPE/POSMEX/2010;
- Gilmar Soares Furtado “Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho: um resgate das ações da Comissão Pastoral dos Pescadores sobre gênero, educação e desenvolvimento local na comunidade de Pescadores de

⁷ Localizado no Município de Camaragibe-PE, espaço administrado pela igreja católica, onde se realizavam eventos de diferentes enfoques: conferências, seminários, reuniões, assembléias e retiros.

⁸ Coordenado pelo Prof. Dr. Angelo Fernandes Brás Callou.

Itapissuma” UFRPE/POSMEX /2010. Orientadora das três dissertações Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.

Uma dissertação defendida na UFPE, sobre artesanato, trabalho e imaginário na pesca artesanal de Pernambuco:

- Cristiano Wellington Noberto Ramalho “Ah! Esse Povo do Mar: Um Estudo Sobre Trabalho e Pertencimento na Pesca Artesanal Pernambucana” UFPE/2009.

Uma dissertação defendida na UFPB, sobre Pesca Artesanal, Mangue e Estuário:

- Tarcisio dos Santos Quinamo “Pesca Artesanal e Meio Ambiente em Áreas de Manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma”. UFPB/2006.

Sobre Brasília Teimosa:

São duas dissertações defendidas na UFPB na temática Pesca Artesanal:

- Ana Carla Feitosa Ferreira de Souza “Dinâmica Socioambiental da Pesca de Mariscos em um estuário urbano nordestino: Um estudo Etnoecológico dos Pescadores da Bacia do Pina, Recife/PE” UFPB/2011;
- Daniele Mariz Vieira “Etnoictiologia de uma comunidade urbana no Nordeste do Brasil” UFPB/2011.

Na UFPE uma dissertação sobre conflito socioambiental e outra sobre gestão pública:

- Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos “Conflitos Ambientais Urbanos: Uma análise da intervenção do Poder Público e do Setor Imobiliário Formal na Comunidade de Brasília Teimosa” UFPE/ 2011;
- Ana Suassuna Fernandes “Zeis e Moradia: Uma alternativa formosa para Brasília Teimosa” UFPE/2010.

Na UFRPE uma dissertação sobre comunicação:

- Washington José Lourenço Gurgel da Silva “Radio comunitária, extensão pesqueira e desenvolvimento local: Recepção da emissora Boca da Ilha por pescadores e pescadoras da Ilha de Deus” - UFRPE/ POSMEX 2009.

Entre outros trabalhos sobre Brasília Teimosa, se destaca o ensaio fotográfico desenvolvido por Bárbara Wagner⁹. Alcides Mafra e a autora das fotografias informam que este trabalho já tinha aparecido nas páginas da Photo Magazine, foi publicado no livro, *Brasília Teimosa*, exibido em Londres, a convite do Institute of Contemporary Arts (ICA), também foi mostrado na Caixa Cultural, em Brasília e no Rio de Janeiro, na exposição coletiva Abre Alas, na galeria Gentil Carioca em 2010. Este ensaio mostra o que acontece nas ruas, o que é familiar na localidade, como se constitui a relação de carinho entre filhos e pais. Outra publicação importante para nosso estudo se refere às matérias do Diário de Pernambuco¹⁰ sobre os 50 anos de Brasília e sobre o Diagnóstico da Pesca Artesanal.

1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DE BRASÍLIA TEIMOSA E ITAPISSUMA

Brasília Teimosa



Figura 01: localização de Brasília Teimosa, Google map, julho 2012.

Brasília Teimosa¹¹ está situada na zona sul da capital pernambucana, Recife, entre os bairros do Pina, Boa Viagem e área do Porto do Recife. O local destinava-se à construção do Parque de Inflamáveis do Porto do Recife, projeto não realizado. Este terreno em litígio foi

⁹<http://www.agenciaoglobo.com.br/>. Acesso em 30.03.2010

¹⁰ Jornal Diário de Pernambuco, 50 anos da nossa Brasília reportagem de Josué Nogueira, 18 de abril de 2010.

¹¹ GASPAR, Lúcia. Brasília Teimosa. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 04/09/2012.

ocupado e a população resistiu às tentativas de expulsão pelo poder público, conforme explicita Josué Nogueira¹² no Diário de Pernambuco:

Inspirados no nome que seria dado à nova capital, pescadores, lavadeiras, biscateiros, brasileiros sem chão, levantavam seus barracos à noite e via a polícia derrubá-los ao amanhecer. Resistentes, juntavam os destroços e recomeçavam. Valentes, não se intimidavam com truculência patrocinada pelo poder público. Teimosos, conquistaram uma área cobiçada e criaram uma comunidade cuja história é marcada por vitórias resultantes da mobilização popular. (NOGUEIRA, 2010).

Brasília Teimosa transformou-se num bairro urbanizado com área de 65,4 ha, consiste desde 1983 numa Zona Especial de Interesse Social - ZEIS e possui uma população de aproximadamente de 25 mil habitantes.

A urbanização também se constituiu num processo de luta social, entre moradores e o programa Promoradia, financiado com recursos do antigo Banco Nacional da Habitação (BNH), considerando que o bairro foi urbanizado pelos próprios moradores, por meio de um projeto conhecido como Teimosinho.

Vários projetos governamentais tentaram retirar os habitantes de Brasília Teimosa, mas somente a partir de janeiro de 2004, as palafitas foram retiradas e alguns moradores conduzidos para um conjunto habitacional no bairro do Cordeiro, área distante do mar e consequentemente da pesca que se constitui na atividade econômica local.

Em síntese, a comunidade de Brasília Teimosa, por sua peculiaridade, é representada nos ensaios fotográficos, na dança e até em publicações, por exemplo, o livro¹³ "Brasília Teimosa", uma obra composta por textos que registram a história oral da comunidade (resultado de entrevistas com os moradores) e ilustrações feitas por crianças que moram no bairro.

¹²<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/politica/?p=640>. Acesso em 04/09/2012.

¹³ http://www.pe-az.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=650&Itemid=81 acesso em 19/10/2012.

Colônia de Pescadores/as Z-01



Figura 02: Foto da Colônia Z-01 Brasília Teimosa/2013

Esta Colônia foi fundada em 25 de junho de 1920, no início era situada no complexo giradouro do Cabanga, constituída inicialmente por pescadores da Mata Sul, de Cinco Coqueiros¹⁴ e de um engenho de cana que devido à escassez de trabalho na indústria canavieira, migraram para a região metropolitana do Recife.

Posteriormente a colônia Z-01 foi transferida para Boa Viagem nas proximidades do edifício Castelinho¹⁵ e no ano de 1950, foi definitivamente para Brasília Teimosa, onde se encontra até hoje, na Rua Marechal Hermes, nº1 Brasília Teimosa, com o nome “Colônia dos Pescadores do Pina Z-01.

Atualmente a Colônia Z-01 possui 2.040 associados, composto por profissionais na ativa e aposentados, deste total, 1.490 são homens e 450 são mulheres na ativa. No contingente de 100 aposentados, 30 são mulheres e 70 são homens.

¹⁴ Entrevista com o atual presidente da Colônia Augusto de Lima Guimarães, conhecido como Sr. Neno.

¹⁵ O Castelinho situado na Av Bom Viagem, 4530.

Itapissuma



Figura 03: localização Itapissuma, Google map, Julho 2012.

A cidade de Itapissuma¹⁶ encontra-se ao norte com Goiana e Itamaracá, ao sul com Igarassu, ao leste com Itamaracá e a oeste com Igarassu. No início era uma aldeia indígena situada entre o mar e o rio Itapissuma. Por iniciativa de um Padre Franciscano foi fundada uma vila.

No período do domínio holandês construiu-se uma ponte que fazia a ligação a Vila de Itapissuma à Ilha de Itamaracá. Ponte esta que foi substituída por outra que hoje é chamada Ponte Getúlio Vargas. Como boa parte dos municípios pernambucanos, a evolução da cidade se deu da seguinte forma: primeiro Aldeia, depois Povoado e consequentemente Vila, Distrito e hoje Município autônomo. O Distrito foi criado pela lei municipal nº. 11, de 31/11/1892, subordinado ao município de Igarassu. Pela lei estadual nº. 8.952, de 14/05/1982, foi elevado à categoria de Município, sendo instalado a 31/01/1983, constituído apenas do distrito-sede.

De acordo com as estatísticas do portal de convênio do Governo Federal¹⁷, a região de Itapissuma possui variedade de peixes, crustáceos e moluscos que proporcionam e geram renda extra ou se constituem em economia de subsistência de pescadores e pescadoras artesanais daquela região.

¹⁶ www.pe-az.com.br/index.php?option=com...itapissuma. Acesso em 04/09/2012

¹⁷ <http://api.convenios.gov.br/siconv/dados/proposta/1613550.html>. Acesso em 02/10/2012

Colônia Z-10



Figura 04: Foto da Colônia Z-10 Itapissuma/ 2012

Itapissuma têm na pesca artesanal a principal atividade da população e na colônia Z-10 uma história diferencial, já que foi a primeira colônia de pescadores a ser gerida por mulheres. A colônia de pescadores São Pedro, como é chamada, foi fundada em 10 de novembro de 1927 e foi reestruturada em 02/09/1984. Situa-se, atualmente, na Rua Dr. José Gonçalves, nº87, centro, Itapissuma-pe.

Segundo informação da Colônia de pescadores de Itapissuma existem aproximadamente 5.000 pessoas que se dedicam à atividade pesqueira nesse município. A prefeitura afirma que em Itapissuma, 70% da população têm alguma relação direta ou indireta com a produção, beneficiamento ou comercialização de pescados. Segundo o Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco, elaborado pelo Instituto Oceanário em 2009¹⁸, dos 4.938 pescadores entrevistados que possuem documentos trabalhistas, 45,5% tem pelo menos uma das carteiras de pescador (do IBAMA, do MPA, da Capitania dos Portos, da Associação de Pescadores).

Estudos realizados por Leitão (2009, p. 164) e Leitão (2010, p. 107), sobre as pescadoras de Pernambuco, constataam que as décadas de setenta e oitenta do século XX, consistiram em momentos de rupturas e deslocamento do espaço de homens e mulheres nas Colônias de pescadores/as. A primeira mudança se refere ao acesso das pescadoras solteiras ao registro geral de pesca. A segunda transformação consistiu na vitória de uma pescadora, eleita em 1989, pela primeira vez para o cargo de presidência de colônia no Brasil, a Z-10.

¹⁸ Realizado em parceria com a Secretaria de Juventude e Emprego, antecessora da atual Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo.

Por ser uma colônia em que o espaço é predominantemente feminino, hoje tem a figura de Joana Mousinho na presidência, pescadora que participa em outros movimentos sociais relacionados à pesca, ela luta pelos direitos sociais das mulheres na pesca artesanal de Pernambuco e atua cotidianamente pelo reconhecimento da mulher pescadora, no sentido de acessarem seu espaço social, político e econômico.

Atualmente a colônia Z-10 possui um quantitativo de 1.857.00 associados, sendo 70% mulheres e 30% homens. Deste quantitativo temos 200 pescadores/as aposentados, sendo 130 mulheres. Assim, esta Colônia de pescadores/as rompe com o padrão predominantemente masculino de gestão destas entidades de classe.

Utilizamos os dados que nos foi informado pelas duas Colônias, mas constatamos a partir das diversas pesquisas realizadas no POSMEX e no Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade/UFRPE/CNPq, que ainda é grande a quantidade de pescadores e pescadoras artesanais sem registro no MPA e sem vínculo com as colônias de pescadores.

1.3 METODOLOGIA

Neste processo de construção do instrumental metodológico, foi escolhida a metodologia qualitativa, cujos dados foram obtidos em entrevistas realizadas no formato de grupos focais, incluiu 16 mulheres pescadoras, sendo: 08 pescadoras de Brasília Teimosa e 08 pescadoras de Itapissuma.

De acordo com Peruzzo, a pesquisa qualitativa:

É aquela baseada na interação ativa entre pesquisador e grupo pesquisado e, principalmente, na conjugação da investigação com os processos mais amplos de ação social e de apropriação coletiva do conhecimento, com a finalidade de transformar o povo em sujeito político. (PERUZZO, 2011, p.132).

Esta construção metodológica desta pesquisa foi definida em diversas fases, que seguiram as seguintes trajetórias:

1. Inicialmente foi realizada uma reunião em Brasília/DF em maio de 2010, na qual foram definidos os temas e palavras chaves a serem utilizadas nos questionamentos dos grupos focais (trabalho, saúde e alimentação).
2. Nesta segunda fase houve diálogo e trocas de saberes entre a equipe interdisciplinar que iniciou o projeto. Ao término desta etapa foram escolhidas as referências

que deram suporte à metodológica e que contribuíram para o nivelamento de conhecimento sobre a temática por todos/as participantes envolvidos na pesquisa.

3. Posteriormente, foram testados os instrumentos metodológicos neste diagnóstico, na pesquisa piloto em Pernambuco, em julho de 2010 a partir das questões elaboradas utilizando técnicas de dinâmica de grupo, jogos dramáticos e outras atividades, que objetivaram, por meio de fantasia, diagnosticar situações reais.

4. Por último acompanhamos a aplicação desta metodologia nos encontros realizados no Pará (2010), em Santa Catarina (2010), no Ceará (2011) e na Paraíba (2011).

O roteiro que norteou o diagnóstico sobre a produção pesqueira incluiu as seguintes questões:

1. Trabalho: Quais atividades que você realiza no dia a dia? Onde faz as atividades? Como é o trabalho (tarefas)? Qual o tempo utilizado em cada um desses trabalhos? Quem participa dessas atividades junto com vocês? Quais as medidas para solucionar as dificuldades? Nas atividades diárias em qual gasta mais tempo na pesca ou no trabalho doméstico? Quem faz o quê em casa e na rua? (homem, mulher, filhos/as).

2. Saúde: Quais são as queixas de doenças relacionadas ao trabalho da pesca? Sentiu dor em decorrência do trabalho? No caso afirmativo, quando começaram esses sintomas? Em que parte do corpo? O que fez para tratar essa dor? As doenças do trabalho das pescadoras são ouvidas pelos médicos? Alguém se afastou do trabalho e como fez para realizar o tratamento? Procurou algum lugar (posto médico, hospital)? Já procurou em algum momento benefícios da Previdência Social, por exemplo, auxílio doença, auxílio acidentário, auxílio maternidade, aposentadoria?

3. Alimentação: Quem cozinha em casa? Quem ensina a fazer a comida? Quem aprende a fazer a comida? Quais os alimentos utilizados na infância? A quem compra a comida? O que você come no dia a dia? O que se deve comer? E o que não se deve? Qual é o prato que sua família gosta mais? Qual é a comida de fim de semana (domingo)? Qual o melhor prato para dias de festas? (aniversários casamentos)

As 16 pescadoras que contribuíram na pesquisa em Pernambuco, estão identificadas nos dois quadros, a seguir:

Quadro 1 - Pescadoras de Brasília Teimosa, dados sistematizados na pesquisa.

Identificação	Idade (Anos)	Quantidade de filhos	Estado Civil	Idade que iniciou atividade	Escolaridade
Pescadora 1	34	02 filhos	Casada	17 anos	Ensino Médio
Pescadora 2	53	01 filha	Viúva	07 anos	5º Ano do Ensino Fundamental I
Pescadora 3	35	02 filhos	Solteira	07 anos	Cursam EJA
Pescadora 4	30	04 filhos	Casada	07 anos	Cursam EJA
Pescadora 5	25	01 filho	Solteira	09 anos	Cursam EJA
Pescadora 6	47	09 filhos	Casada	30 anos	Não alfabetizada
Pescadora 7	56	05 filhos	Solteira	04 anos, com a mãe	Não alfabetizada
Pescadora 8	30	02 filhos	Solteira	10 anos	Ensino Médio Completo

Fonte: Planilha elaborada com dados da pesquisa em 2010.

Quadro 2 - Pescadoras de Itapissuma, dados sistematizados na pesquisa.

Identificação	Idade (Anos)	Quantidade de filhos	Estado Civil	Idade que iniciou a atividade	Escolaridade
Pescadora 9	37	02filhos	Casada	07 anos	5º Ano do Ensino Fundamental I
Pescadora 10	47	02filhos	Solteira	09 anos	Alfabetizada
Pescadora 11	54	03 filhos	Viúva	08 anos	Ensino Médio Completo
Pescadora 12	45	04 filhos	Casada	30 anos	Alfabetizada
Pescadora 13	42	02 filhos	Casada	22 anos	Alfabetizada
Pescadora 14	48	02 filhos	Viúva	09 anos	Alfabetizada
Pescadora 15	46	Sem filhos	Solteira	10 anos	Ensino Médio Completo
Pescadora 16	42	02 filhos	Solteira	09 anos	5º Ano do Ensino Fundamental I

Fonte: Planilha elaborada com dados da pesquisa em 2010.

O instrumental metodológico de coleta de dados se fundamentou teoricamente na concepção de grupos focais, que para Gomes (2005, p.41) “é constituído por um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto da pesquisa, a partir de suas experiências profissionais”.

Diálogo que se constitui, segundo Costa (2011, p.181) “numa entrevista coletiva”, que apresenta vantagens como: a sinergia gerada no processo de participação conjunta do grupo de entrevistadas, o que conduz a profundidade e qualidade das narrativas. No entanto, deve-se

cuidar para que uma ou mais participantes não manipule os dados, com excessiva liderança e também para que não haja invasão de privacidade.

A autora ainda destaca que “o grupo focal é altamente recomendável quando se quer ouvir as pessoas, explorar temas de interesse em que a troca de impressões enriquece o produto esperado, quando se quer aprofundar o conhecimento e um tema” (COSTA, 2011, p. 183).

Importante ressaltar que no grupo focal a literatura destaca a necessidade de “planejamento à condução das atividades: a composição do grupo, a dinâmica das relações entre seus integrantes, o nível de “governabilidade” para tomar decisões relativas aos temas trabalhados” (COLETTE, 2010, p.15). No processo de desenvolvimento da pesquisa com metodologia qualitativa, considerou-se a existência de grupos anteriormente construídos, articulados por lideranças locais, o que favoreceu a construção do clima de confiança entre elas e principalmente a realização de dinâmicas para mediação de conflitos. Todo material coletado foi gravado e posteriormente transcrito por uma equipe interdisciplinar¹⁹, sistematizado em relatório.

Na coleta de dados sobre questões relacionadas aos temas trabalho, saúde e alimentação, os quais dialogam com o conceito de inclusão ou exclusão dessas mulheres nas políticas públicas da pesca artesanal.

Sobre exclusão, escolhemos o conceito definido por Mazza, o qual afirma que “é um processo dinâmico, multidimensional, por meio do qual se nega aos indivíduos por motivos de raça, etnia, gênero e outras características que os definem o acesso a oportunidades e serviços de qualidade que lhes permitam viver produtivamente fora da pobreza” (MAZZA, 2005, p. 183).

Nesta ótica, Castel (2010, p. 26), argumenta que “não se nasce excluído, não se esteve sempre excluído, a não ser que se trate de um caso muito particular”.

¹⁹ Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão - Coordenadora, Claudia Maria de Lima-Socióloga, Claudia França Valença Lopes-Engenheira de Pesca, Ieda Litwak de Andrade César - Economista Doméstica, Ivan Pereira Leitão - Professor Universidade de Pernambuco, Júlia Xavier Souto - Graduanda em Economia Doméstica, pela UFRPE, Juliana Andrade Leitão - fotojornalista/Mestre POSMEX, Marcos Miliano – Sociólogo, Maria Solange da Silva - Socióloga, Dimas Veras - Mestre em História, Fernando Duarte - Mestre em Antropologia, Clodoaldo Cavalcante - Cientista Social, Francisco Costa - Engenheiro agrônomo, Pedro Inácio - Mestre em História, Anderson Lima - Graduando em Engenharia Florestal, Juliana Gomes - Graduanda em Ciências Sociais, Pedro Langsch - Cientista Social, Phelippo Oliveira - Biólogo.

Ao analisar a política pública da pesca artesanal a partir da perspectiva de gênero, pretendemos avaliar em que medida as iniciativas do Estado têm contribuído, ainda que de forma embrionária, para modificar o padrão cultural de divisão sexual do trabalho nesta cadeia produtiva.

Nesta ótica, Farah (2004, p. 47) ressalta que “os estudos que articulam a perspectiva de gênero por políticas públicas são importantes por se constituírem em lacunas a serem exploradas no mundo acadêmico”.

Este documento está estruturado em quatro capítulos:

O primeiro capítulo centra-se numa apresentação e discussão dos conceitos utilizados para este estudo. As principais categorias abordadas nesta investigação são políticas públicas, desenvolvimento local e transversalidade de gênero.

O segundo capítulo aborda o contexto histórico da pesca artesanal, legislação e políticas públicas do Ministério da Pesca e Aquicultura.

O terceiro capítulo apresenta uma descrição densa dos dados da pesquisa no que se refere ao diagnóstico realizado a partir de grupos focais, sobre trabalho, saúde e alimentação das mulheres na pesca artesanal.

O quarto capítulo analisa a partir de três categorias teóricas, transversalidade de gênero, políticas públicas e desenvolvimento local o relato das mulheres pescadoras sobre o trabalho, a saúde e a alimentação, temas relacionados e vivenciados da pesca artesanal.

A pesquisa apresenta um recorte bem definido, no entanto, somos conscientes de que a pesca artesanal envolve também em sua complexidade, questões ambientais, culturais, sociais, econômicas e políticas que podem ser aprofundadas em outras pesquisas.

2. CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO LOCAL E TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO.

Este primeiro capítulo centra-se numa apresentação e discussão dos conceitos utilizados para este estudo. As principais categorias abordadas nesta investigação são políticas públicas, desenvolvimento local e transversalidade de gênero. A perspectiva adotada é que tais conceitos sejam instrumentos que possibilitem o diálogo com as experiências coletadas e registradas no trabalho de campo.

Os dados do Anuário Estatístico de 2009 dão a conhecer a invisibilidade da pescadora no mundo da pesca artesanal, considerando que existem 5.739 mulheres em Pernambuco que possuem RGP, mas os informes, divulgações e comunicações relacionadas à pesca são geralmente associados a apenas um sujeito social, ou seja, há um reducionismo que restringe as representações desta atividade à figura masculina. Cabendo a mulher atividades secundárias muitas vezes não reconhecidas no ambiente pesqueiro.

Por outro lado, os dados qualitativos da incursão empírica do trabalho desenvolvido no bojo da pesquisa já citada, permitem explicitar, de maneira pioneira, alguns traços constitutivos da jornada de trabalho que caracteriza o cotidiano feminino nesta cadeia produtiva. E o faz por meio do estudo das trabalhadoras da pesca, caracterizado tanto pela exploração existente no mundo produtivo, quanto pela opressão vivenciada no espaço reprodutivo, o que configura múltiplas jornadas de trabalho.

Também chamamos a atenção sobre a importância do quantitativo de mulheres já citado nos dados do Anuário, que contribuem no processo de introdução da agenda de gênero no bojo das políticas públicas da pesca artesanal.

Antes de adentrarmos no campo das políticas públicas e da agenda de gênero, faz-se necessário explicar que o conceito de gênero como categoria para a análise o define na condição de construção social e histórica do feminino e do masculino, com as suas subjetividades e não pautada nas diferenças biológicas. Sorj e Heilborn (1999, p.183-220) nos subsidiaram no conhecimento sobre o debate de gênero no Brasil.

Conforme explica Souza:

O conceito de gênero surgiu entre as estudiosas feministas para se contrapor à ideia de essência, recusando assim qualquer explicação pautada no determinismo biológico [...], que pudesse explicar os comportamentos de homens e mulheres ocasionando desta forma uma visão naturalizada, universal e imutável dos comportamentos (SOUZA, 2006, p.3).

Comportamento este, que foi atribuído à mulher como responsável por uma sobrecarga de trabalho e uma subordinação delegada por uma sociedade machista e autoritária.

Suárez, por sua vez, enfatiza que:

A palavra gênero vem sendo utilizada com o propósito de desconstruir a ligação entre mulher e natureza e que pode viabilizar simbolicamente a equidade entre homens e mulheres. O uso reiterado da categoria pode possibilitar a explicação da forma como a cultura constrói o masculino e o feminino, abrindo margem para uma desconstrução que é geradora de rupturas e transformações (SUARÉZ, 2000, p. 8).

No processo de construção social dos comportamentos atribuídos a homens e mulheres, se elabora no âmbito do público e privado, a distribuição das atividades para homens e mulheres a serem realizadas na casa e na rua, conseqüentemente nas profissões e na reprodução social, no uso do tempo e na divisão desigual do trabalho doméstico, enfim tudo que se atribui ao feminino e masculino.

Esta desigualdade nas relações de trabalho remunerado e não remunerado, tem contribuído na tomada de consciência de “que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno”. (HIRATA, 2007, p. 596).

Sorj afirma que “as desigualdades e diferenças de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminismo à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família” (SORJ, 2010, p. 57).

Esse comportamento de cuidado que é atribuída à mulher que consiste em passar, lavar, cuidar da saúde dos filhos, do marido, imprescindível para a reprodução social, nos conduz ao questionamento se tem sido contemplado nas políticas públicas relacionadas ao trabalho?

Enfatizando as questões que norteiam o tema cuidado e políticas públicas, Sorj (2010, p. 58) afirma que:

As mulheres continuam a participar da maneira desproporcional do trabalho doméstico quando comparada aos homens. Apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e do enfraquecimento do modelo tradicional de família, no qual o homem é o provedor e a mulher se dedica às tarefas domésticas, o quadro que emerge hoje está longe de realizar um modelo equitativo de distribuição do trabalho social entre os sexos.

Dentro desta concepção, o trabalho doméstico que é realizado pelas mulheres além de não ser valorizado, não está contemplado nas diretrizes das políticas públicas, que não visibilizam as desigualdades que emergem nas relações de gênero. No entanto, hoje as mulheres tentam passar da consciência de objetos à consciência de sujeitos e estão reivindicando políticas públicas que venham resgatar essa consciência na sociedade.

Na concepção de Farrah (2004, p. 51) “políticas públicas com recorte de gênero são políticas que admitem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres”.

De acordo com Torreão:

Para abordar as questões de gênero nas políticas públicas consideramos relevante o enfoque sociológico da teoria dos papéis, que nos diz que as normas da cultura são assimiladas, principalmente, através da aprendizagem dos papéis, ou seja, do processo de socialização que representa o meio de que dispõe a sociedade para controlar o comportamento de seus membros, tomados individualmente, através da manipulação de sua aprendizagem social (TORREÃO 2006, p. 83).

As políticas públicas para as mulheres foram definidas a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948 e também da mobilização dos movimentos sociais e feministas no sentido de promover a igualdade social, política, econômica e cultural entre homens e mulheres.

Torreão argumenta que:

A atuação das mulheres durante a Constituinte para a reforma constitucional de 1988 levou à inclusão das reivindicações feministas na nova carta magna que, em seu Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, art. 5º, parágrafo 1º, afirma que homens e mulheres são iguais perante a lei (TORREÃO, 2006, p. 86).

Apesar dos direitos constitucionais, que declara a igualdade entre homens e mulheres, existem defasagens entre a legislação e a realidade cotidiana, na qual predomina a desigualdade no âmbito: econômico, social, trabalhistas entre outros. Fazendo emergir movimentos sociais que reivindique os direitos das mulheres.

Segundo Leitão (2010, p. 06), “movimentos sociais são manifestações populares que buscam transformações políticas e econômicas. Esses movimentos estabelecem solidariedade interna entre homens e mulheres que deles participam fortalecendo o grupo”.

Sobre a Constituição de 1988, Farrah, aponta que:

A Constituição de 1988 também reflete a mobilização de mulheres organizadas em torno da bandeira *Constituinte pra valer têm que ter palavra de mulher*, as mulheres estruturaram propostas para a nova Constituição, apresentadas ao Congresso Constituinte sob o título *Carta das Mulheres Brasileiras*. Várias propostas dos movimentos incluindo temas relativos à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra - foram incorporadas à Constituição (FARRAH, 2004, p. 51-52).

No Brasil, a Constituição de 1988 representa um marco legal no acesso aos direitos trabalhistas. Nas últimas décadas a participação das mulheres em atividades remuneradas tem se ampliado. No entanto, esta inserção é ainda marcada por diferenças de gênero e raça. Segundo o IPEA “além de estarem menos presentes do que os homens no mercado de trabalho, as mulheres ocupam espaços diferenciados e estão sobrerrepresentadas nos trabalhos precários”. Isto também acontece na cadeia produtiva da pesca, cuja divisão social do trabalho, estabelece à mulher as atividades de menor remuneração e prestígio social, contribuindo com isto para a sua invisibilidade e sobrecarga de trabalho.

No entanto, existem colônias e mulheres pescadoras que atuam desde a década de 1970 na luta por seus direitos sociais, participando assiduamente em reuniões no Ministério da Pesca e Aquicultura, na CPP e nas Universidades.

Veras e Leitão (2012, p.201), Inácio e Leitão (2012, p. 171), Furtado e Leitão (2012, p.221), resgatam a história das conquistas das pescadoras no que se referem às políticas públicas que lhes possibilitou acesso ao registro Geral da Pesca, a espaços de poder dentro das Colônias de Pescadores/as e a criação e legitimação do movimento social Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco.

A atuação das mulheres em todas as instâncias das Colônias de Pescadores/as se constituiria em transversalidade de gênero, aqui considerada a partir de Stiegler e Bandeira.

A transversalidade, ou “gender mainstreaming, consiste na organização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização”. O objetivo é incorporação à perspectiva das relações existentes entre os sexos em todos os processos de decisão e fazer que todos eles sejam úteis à igualdade de oportunidades. Stiegler (2003 apud, TORREÃO 2006, p.62).

De acordo com Bandeira:

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres (BANDEIRA 2005, p. 05).

Dentro desta perspectiva de gênero nas políticas públicas, se as mulheres fossem contempladas em todas as instâncias sociais, possibilitaria a inclusão nos espaços de poder e nas diversas instituições, garantindo os direitos e os valores por elas reivindicados.

2.1 GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

No bojo destas reflexões, também se destaca a relação entre gênero e políticas públicas, sobre a qual Farah afirma que (2004, p. 56-58), “a agenda de gênero na passagem para o século XXI, fundamentada na plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, e a trajetória do movimento de mulheres no Brasil, influencia diversas diretrizes no campo das políticas públicas”. Para este estudo, enfatizamos a diretriz número nove que se refere à transversalidade de gênero, ou seja, “a incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (de forma transversal), (...) garantindo que a problemática das mulheres seja contemplada toda vez que se formular e implementar uma política”.

Bandeira, (2005), salienta que:

No Brasil, as políticas públicas, ao serem elaboradas, implementadas e dirigidas às mulheres não solidificam e beneficiam necessariamente a perspectiva de gênero. As políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. Estas consideram, inegavelmente, a diversidade existente dos processos de socialização tanto para homens quanto para mulheres, cujas consequências estão presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva da sociedade. Já as políticas públicas para as mulheres têm sua centralidade na questão do feminino enquanto parte da reprodução social (BANDEIRA, 2005, p. 08).

A mesma autora afirma que:

Políticas públicas de gênero implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito (BANDEIRA, 2005, p. 09).

Política pública se constitui num conjunto de ações e decisões que envolvem governo e sociedade, diretrizes elaboradas pelo setor público a partir do que este entende como demandas ou expectativas da sociedade.

De acordo com Texeira:

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEXEIRA, 2002, p. 02)

Teixeira chama a atenção que uma política para ser denominada de pública, é preciso considerar a quem se destinam seus resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. Texeira (2002, p. 02). A partir desta diferença, ele classifica as especificidades das políticas públicas:

- Quanto à sua natureza ou grau da intervenção são classificadas de duas formas:

- a) estrutural – buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade etc.
- b) conjuntural ou emergencial – objetivam amainar uma situação temporária, imediata.

- Quanto à abrangência dos possíveis benefícios podem ser:

- a) universais – para todos os cidadãos;
- b) segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.).
- c) fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.

- Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais podem ser:

- a) distributivas – visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo;

b) redistributivas – visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos;

c) regulatória – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo.

As políticas públicas visam responder as demandas, principalmente dos setores, considerados como vulneráveis da sociedade. Neste caso o que estamos considerando como “vulneráveis” são as mulheres pescadoras das duas comunidades pesquisadas.

Na concepção de Pereira (2008, p. 149). “Políticas públicas caminham em uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em Lei. As políticas públicas possibilitam a distribuição ou redistribuição dos bens e serviços sociais em resposta às demandas da sociedade”.

Secchi ressalta que:

Uma política pública é uma diretriz para enfrentar um problema público. Uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2012, p. 02).

“Um marco importante no estudo de políticas públicas para as mulheres pescadoras, consiste na inclusão social e reconhecimento destas trabalhadoras da pesca nas Colônias de Pescadores a partir 1978/1979. Este tema é tratado por Leitão em diversas publicações, especialmente sobre o reconhecimento na legislação federal do registro profissional das pescadoras” Leitão (2010, p. 165-168).

Sobre inclusão social, (SILVER, 2005, p. 138) destaca que: “a inclusão social de grupos não é meramente simbólica, já que também contém implicações econômicas”.

Por este motivo, desde o final da década de setenta do século XX, passando pela promulgação da constituição de 1988 até a publicação da LEI Nº. 11.959/2009, as mulheres pescadoras seguem uma trajetória de luta por seus direitos sociais, cujo marco se constitui no I Encontro Nacional de Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura, promovido pela Secretaria de

Aquicultura e Pesca SEAP/PR, realizado em Luziânia, Goiás, em 2004. O encontro reuniu 463 representantes das pescadoras, marisqueiras, isqueiras, catadeiras de siri, caranguejo, tecedeiras de rede, trabalhadoras em piscicultura e tantas outras ocupações da atividade de pesca e aquicultura.

No Brasil a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres e a definição do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, são marcos na visibilidade dos seguintes princípios: 1) igualdade e respeito à diversidade, 2) equidade, 3) autonomia das mulheres, 4) laicidade do Estado, 5) universalidade das políticas, 6) justiça social, 7) transparência dos atos públicos e, 8) participação e controle social.

Nesta pesquisa destacamos especialmente os princípios de equidade, autonomia das mulheres e universalidade das políticas, nos quais estão previstos os objetivos que envolvem a promoção de: 1) políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos e; 2) visibilidade da contribuição econômica das mulheres no meio rural e nas comunidades tradicionais²⁰.

O conceito de equidade utilizado na pesquisa, está fundamentado em Lagarde,(1996, p.209), no qual afirma que “equidade de gênero é o conjunto de processos de ajuste genérico composto pelas ações que reparam as lesões que a desigualdade produziu em relação às mulheres na relação domínio-cativeiro. A mais sintetizadora destas lesões é não ser sujeito político” (LAGARDE,).

A equidade de gênero norteia ações nas quais as mulheres ficam munidas de instrumentos, recursos e mecanismos necessários para participar e deixá-las preparadas para exercer cargos, propor e participar das decisões que lhe dizem respeito. No caso das mulheres pescadoras, estes recursos seriam as possibilidades de acesso às instituições que as possibilitariam a ascenderem aos espaços de poder e decisão, ou seja, empoderamento nas e reuniões e decisões das Colônias e Associações.

Autores como Friedman (1996) vem criticar o modelo almejado pela sociedade do século emergente “neoclássico” de desenvolvimento econômico, modelo este que privilegia valores e interesses comerciais esquecendo à democracia, direitos humanos e justiça social. Para o autor, é necessário “que estes setores esquecidos e desprovidos de poder sejam

²⁰ <http://www.sepm.gov.br/pnpm/livreto-mulher.pdf>. Acesso em 17/09/2012.

incluídos nos processos políticos e econômicos, tenham seus direitos de cidadania garantidos e o reconhecimento como seres humanos”.

Este desenvolvimento humano é uma alternativa para o empoderamento de milhares de mulheres que vivem à margem da sociedade, querendo incluir nos processos políticos as questões das relações de gênero. Sendo o empoderamento fundamental para essas questões da igualdade entre homens e mulheres.

Estar empoderado significa que as pessoas, principalmente as mulheres, segundo Lagarde, estejam:

Em posição de exercer sua capacidade de escolher de acordo com seu próprio e livre desejo. Implica uma política democrática em que as pessoas podem influenciar nas decisões sobre suas próprias vidas. (...) Significa a descentralização do poder de tal forma que a governabilidade seja trazida na porta de cada pessoa. Significa que todos os membros da sociedade civil, particularmente as organizações não governamentais, participem de fato da tarefa de tomar e implementar decisões (MAHBUB UL HAQ, citado por LAGARDE, 1996, p.111).

Sendo assim, se as mulheres pescadoras tivessem esse poder nas tomadas de decisões, elas estariam segundo Friedmann (1996, p. viii) “com um poder social no qual iriam ter acesso a certas “bases” de produção doméstica, tais como informação, conhecimento e técnicas, a participação em organizações sociais e os recursos financeiros”.

Pressupõe, também, garantia de sobrevivência e independência econômica. Estes seriam aspectos que influenciariam para um desenvolvimento econômico, social e local das comunidades pesqueira.

2.2 GÊNERO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A incorporação de gênero nas políticas públicas ainda é um processo recente, em construção, sendo necessário verificar a relação destas políticas e os pressupostos do desenvolvimento local. O desenvolvimento local é um complexo processo que envolve a interação de fatores, como renda, desenvolvimento humano, preservação ambiental e necessidade de uma profunda mudança social para ser construído. Nessa perspectiva, segundo Augusto de Franco:

[...] o desenvolvimento é o movimento sinérgico que consegue estabelecer uma estabilidade dinâmica em um sistema complexo, no caso, uma coletividade humana. Crescimento é movimento. Mas movimento não pode ser reduzido a crescimento. Crescer é importante, mas tem limites relativos aos valores de outras variáveis [...] (2005, p.6).

Para isso, é importante destacar que este desenvolvimento local articula três grandes questões: o conceito de desenvolvimento, os mecanismos que favorecem os processos de desenvolvimento e as formas eficazes de atuação dos atores econômicos, sociais e políticos. O conceito de desenvolvimento local se apóia na ideia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais.

Ainda sobre o tema Franco (1998) afirma que:

Desenvolvimento local integrado e sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais (FRANCO 1998, p.7).

De acordo com Tauk Santos e Callou (1995, p. 45);

A perspectiva de desenvolvimento local passa por um esforço de mobilização de pequenos grupos no município, na comunidade, no bairro, na rua, a fim de resolver problemas imediatos ligados às questões de sobrevivência econômica, de democratização das decisões, de promoção de justiça social.

O desenvolvimento preocupa-se com o aproveitamento dos recursos materiais e humanos da comunidade. Investimentos em educação, aproveitamento da cultura e conhecimentos da comunidade, preocupação com a preservação das reservas naturais, a inclusão de jovens e mulheres no setor produtivo, nas decisões coletivas para que de fato ocorra equidade de gênero e igualdade e preocupação com questões geracionais.

De acordo com Leitão (*apud* VIEIRA, 1997, p.127), as teorias de desenvolvimento do século XX defendiam a ideia de que só o crescimento econômico poderia promover o progresso social, melhorar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades, mas, ao contrário do previsto, o crescimento econômico trouxe consigo o aumento da pobreza e da exclusão social.

Neste processo de exclusão, um dos atores sociais afetados são as mulheres, considerando que a concepção de gênero como um conceito socialmente construído, remonta da década de 70 do século XX e sua inclusão nas políticas públicas de forma mais ampliada no Brasil, datam do século XXI.

Esta exclusão que afeta as mulheres ocorre em qualquer tipo de profissão e na pesca não é diferente, não são reconhecidas nem pelos seus próprios companheiros que as desvalorizam dizendo que não são pescadoras por não trabalharem em alto mar, pois não sabem manejar uma baiteira e consideram atividades leves como catar, limpar mariscos e os serviços domésticos.

De acordo com Lima, Saraiva e Leitão (2008, p. 05), “promover a inclusão produtiva das mulheres e estimular o crescimento da participação delas na produção e preservação ambiental é um dos meios para um desenvolvimento local”.

As mesmas autoras enfatizam que:

Ao se pensar em políticas públicas para o setor pesqueiro, visando um desenvolvimento local sustentável é uma iniciativa importante, pois se reconhece que a mão de obra que trabalha com a pesca artesanal ficou relegada durante anos das principais decisões da política e da economia do país (LIMA, SARAIVA e LEITÃO, 2008, p 05).

No contexto social da atividade pesqueira as mulheres estão no patamar que muitas vezes as distanciam de oportunidades que venham beneficiá-las de maneira que as tragam para um reconhecimento não só cultural como também social e institucional.

Leitão afirma, a partir de suas pesquisas de campo, em 2009 que:

As mulheres que desenvolvem a pesca artesanal em Pernambuco se consideram carentes de oportunidades de debates sobre seus direitos como mulheres pescadoras, querem desenvolver suas capacidades de liderança e necessitam de conhecimentos técnicos que as profissionalizem no processo de geração de renda (2009, p. 164).

Em função desta carência por elas detectada o projeto transversalidade de gênero se constituiu num espaço de debate sobre os seus direitos trabalhistas, nos grupos focais muitas dessas mulheres reivindicaram políticas públicas que venham beneficiá-las, já que elas se percebem esquecidas e excluídas na esfera do ambiente pesqueiro.

De acordo com Leitão:

Algumas reivindicações das marisqueiras são: acesso a linhas de crédito só para mulheres, creches, habitação, melhoria das instalações das colônias de pescadores para favorecer a comercialização, incentivo ao programa de alfabetização de crianças e adultos, formação de agentes de pesca, projetos de capacitação sobre beneficiamento do pescado, cooperativismo, associativismo, gerenciamento e artesanato. (2009, p.168).

A partir do exposto, nos perguntamos como estas carências interferem no processo de desenvolvimento local? Iniciamos o debate sobre o tema com a seguinte problematização:

Quando se diz que todo desenvolvimento é desenvolvimento social, é isso precisamente o que está dizendo: desenvolvimento das pessoas, de todas as pessoas, das pessoas que estão vivas hoje e das que viverão amanhã. Em outras palavras: desenvolvimento humano, social e sustentável (FRANCO 2005, p. 08).

Completando a ideia de Franco, Jara (1998) afirma que o desenvolvimento local não se concentra apenas nos aspectos econômico-produtivos, mas depende da estrutura de valores, da informação e do empoderamento. Para além do território, é fundamental o “aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais”. (1998, p. 71-72)

Como pensar em desenvolvimento endógeno nas Colônias de pescadores/as sem o reconhecimento, e inclusão de todos associados, incluindo as mulheres. Maneschy relata que:

Nas comunidades pesqueiras, a mulher vive todos os dias, muito mais que os homens, as dificuldades concretas da vida em terra. Ela teria por isso mesmo o importante papel de levantar também questões específicas quanto à qualidade de vida e, em consequência, contribuindo na valorização da categoria dos pescadores artesanais (MANESCHY, 1995, p.83).

Segundo Leitão:

Na profissão de pescadora, a relação entre homens e mulheres repete o que ocorre no resto da sociedade: mesmo se esforçando como pescadoras as mulheres não têm o seu trabalho valorizado. Por isso, muitas vezes, elas próprias não conseguem enxergar a importância de seu papel! (LEITÃO 2008, p. 06).

Farrah explica como se estrutura este tipo de divisão sexual do trabalho:

As diferenças entre homens e mulheres são enfatizadas, estabelecendo-se uma polaridade entre masculino e feminino, produção e reprodução, e público e privado. Para o feminismo da diferença, o poder concentrar-se - ia na esfera pública, estando nessa polaridade a origem da subordinação das mulheres (FARRAH, 2004, p. 48).

Ainda sobre a divisão sexual do trabalho, Hirata reconhece que:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA 2007, p. 599).

No diálogo das autoras acima, verificamos que a divisão sexual do trabalho foi construída pela sociedade ao longo dos anos, definindo o espaço da mulher como sendo o ambiente doméstico, com dupla jornada de trabalho. Muitas vezes a caracterizando como subordinada, sendo esquecida no espaço público, prevalecendo sempre à hierarquia masculina em todos os ambientes.

Neste processo de divisão de trabalho, as mulheres pescadoras não são reconhecidas e seu trabalho legitimado, mesmo elas fazendo atividades como beneficiamento, mariscagem, conserto de redes etc. O espaço que é atribuído a essas mulheres sempre é de ajudante, ficando as suas atividades e reivindicações esquecidas.

Para entender o espaço das mulheres nas Colônias de Pescadores é necessário ler o texto *Gênero e Políticas Públicas na Pesca Artesanal de Itapissuma* é fundamental na medida em que, neste capítulo de livro Leitão (2009, p. 161-174) resgata a atuação da CPP e sua influência na inclusão das pescadoras desta localidade nos diversos espaços de poder desta entidade de classe.

Desde as primeiras reflexões sobre o dia a dia das pescadoras até a eleição em finais da década de 1980 da primeira presidente de Colônia de Pescadores no Brasil. Uma das primeiras conquistas consistiu em 1979, no direito ao Registro Geral da Pesca para mulheres, posteriormente em 2004 organizam o grupo Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco, composto por lideranças políticas de pescadoras pernambucanas, durante a Conferência Nacional das Trabalhadoras da Pesca em Brasília²¹.

²¹ A Conferência Nacional da Pesca Artesanal é um marco histórico na luta de resistência e afirmação da identidade e da autonomia dos pescadores e pescadoras artesanais, que pela mística e pelo modo de ser e de viver, expressa o desejo da superação de todas as formas de injustiça. <http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/.../relatoriodescritivo.doc>. Acesso em fevereiro de 2013.

Este grupo de Articulação é composto por pescadoras de diferentes municípios pernambucanos, a diretoria possui mandato de dois anos e atualmente o grupo gestor é formado por seis pescadoras – Joana Mousinho (Colônia Z-10- Itapissuma), Maria Aparecida (Colônia Z-25 - Piedade), Maria das Neves dos Santos (Colônia Z-18 – Lagoa do Carro), Cícera Estevão Batista (Colônia Z-07 – Rio Formoso), Ana Angélica (Povos de São Lourenço) e Maria da Guia (Floresta). São pescadoras de diferentes municípios pernambucanos que lutam por transversalidade de gênero nas políticas públicas da cadeia produtiva da pesca artesanal.

3. CAPÍTULO II - PESCA ARTESANAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo tem o propósito de resgatar o contexto histórico da pesca artesanal e identificar as políticas públicas do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA. Sobre o tema Pasquotto, destaca que:

As ciências sociais produziram um interessante acúmulo sobre o entendimento do processo de diferenciação social pelos quais passaram o pescador artesanal no Brasil, bem como sobre traços, características peculiares deste grupo social, deixando, entretanto, um tanto à margem os processos produtivos envolvidos na pesca e sua significação para a reprodução social dos pescadores (PASQUOTTO, 2005, p. 15).

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL

A pesca artesanal²² consiste num tipo de atividade que possui as características: uso de mão de obra familiar, economia de subsistência, embarcações de pequeno porte. Exercida nas áreas costeiras, rios e lagos.

Sobre a pesca artesanal Pasquotto chama a atenção que:

A pesca artesanal caracteriza-se pelo uso de pequenas embarcações, com menor esforço unitário de pesca. O regime de trabalho é familiar através de grupos de vizinhança ou parentesco. [...] Os pescadores são responsáveis pelas decisões acerca do processo de trabalho e detêm a propriedade total ou parcial de meios de produção, alguns destes, ainda hoje produzidos artesanalmente. Em função da variedade de nichos ecológicos em que atuam e do uso de múltiplas técnicas de pesca, as quais são desenvolvidas através das representações que os pescadores constroem sobre o ambiente e sobre as espécies de pescado, o conhecimento tradicional, ou “saber-fazer”, pode ser entendido como um meio de produção necessário ao desenvolvimento da atividade (PASQUOTTO, 2005, p.14).

²² <http://cardumebrasil.blogspot.com.br/2010/03/o-que-e-pesca-artesanal.html>. Acesso em novembro de 2012.

Diante deste exposto Clauzet, explica a origem da pesca artesanal,

A pesca artesanal surgiu de uma falência na economia dos ciclos cafeeiro e açucareiro do Brasil Colônia e, também, devido à necessidade de exploração de outros meios que não fossem os recursos de flora e fauna litorâneas, como o palmito, a caxeta e os animais de caça. Enquanto processo de trabalho, a pesca artesanal encontra-se em contraste com a pesca industrial por ter características bastante diversificadas, tanto em relação ao hábitat e estoques pesqueiros que exploram, quanto às técnicas de pesca que utilizam (CLAUZET, 2005, p. 01).

Quanto à caracterização oficial da pesca artesanal, a LEI Nº. 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009²³, classifica a pesca artesanal como pesca comercial quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

Anteriormente a denominada Lei de Pesca, o código da pesca de 1967 classificou de pescador artesanal, aquele trabalhador que faz da pesca sua principal atividade de trabalho e subsistência. (SEVERO, 2008).

O resgate histórico da política pesqueira no Brasil é realizado por Abdallah (1998 apud, SEVERO 2008, p. 40) ao estabelecer quatro períodos que se caracterizam “segundo a intensidade dessas políticas, seus efeitos e características”.

Severo (2008) destaca que a primeira medida direcionada a cadeia produtiva da pesca tem as suas origens no século XIX, especialmente no ano de 1846, com a promulgação da Lei 447, que organizava os pescadores em “Distritos de Pesca” sob a responsabilidade da Marinha. A partir daí os pescadores profissionais deveriam ser registrados e possuir um número de matrícula.

No século XX, em 1912, a responsabilidade da Marinha é dividida com o Ministério da Agricultura, na proposta de criação de uma Inspetoria da Pesca, haveria uma subdivisão

²³ <http://cardumebrasil.blogspot.com.br/2010/03/o-que-e-pesca-artesanal.html>. Acesso fevereiro de 2013.

em duas partes: uma cabia a Marinha com a responsabilidade de fiscalizar os pescadores, embarcações e as colônias e do outro lado estava a Lei que criou a Inspetoria da Pesca, no seu artigo 65, que determinava a criação de colônias de pescadores nos lugares mais convenientes. Espírito Santo (2007, apud SEVERO, 2008, p. 41).

A proposta anteriormente citada não teve êxito, a responsabilidade administrativa retorna ao Ministro da Marinha, depois de passados cinco anos. Posteriormente, depois de dois anos o cruzador José Bonifácio sob o comando do Capitão-de-corveta Frederico Villar, parte do Rio de Janeiro com direção ao Pará com a tríplice missão de Nacionalização da Pesca, Organizar a Secretaria de Pesquisa Oceanográfica e também fazer o Saneamento da costa litorânea. Espírito Santo (2007, apud SEVERO, 2008, p. 41).

Sobre o tema Callou relata que:

[...] A missão foi responsável pela criação de 800 colônias de pesca, que passaram a ser basicamente a única associação formal conhecida pelos pescadores e às quais foram obrigados a pertencer; criou mais de 1.000 escolas primárias; organizou grupos de escoteiros do mar; fundou postos de saneamento; procurou desenvolver a instrução profissional, combater a verminose, a malária e o alcoolismo; procurou fiscalizar a pesca predatória e nacionalizar a atividade pesqueira; incentivou os pescadores na defesa da costa e os considerou reservas da Marinha de Guerra. Por outro lado, a escolha da Missão está também ligada ao fato de a Marinha, através das colônias, ter permanecido nas comunidades de pesca durante os últimos 70 anos (CALLOU, 2008, p. 82-83).

Em janeiro de 1923, o Ministério dos Negócios da Marinha aprova por meio do aviso nº. 194, os Estatutos das Colônias de Pescadores. Nesse mesmo ano, o Ministério dos Negócios aprova os Estatutos da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e as da Confederação das Colônias de Pescadores dos Estados, através do aviso nº. 568, neste mesmo documento é criada a Caixa de Socorro da Pesca, com o objetivo de promover serviços de revenda de material de pesca, financiamento de insumos e de provimento das necessidades da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. Espírito Santo (2007, apud SEVERO, 2008, p. 41).

Neste primeiro período da história da pesca no Brasil são criados o Entreposto Federal da Pesca, a Confederação Geral do Pescador do Brasil e o Serviço de Caça e Pesca. Espírito Santo (2007, apud SEVERO, 2008, p. 41).

No segundo período, entre 1932 e 1962, foram estabelecidas regulamentações relacionadas ao ordenamento pesqueiro (SEVERO 2008).

De acordo com Abdallah (1998, apud SEVERO, 2008 p. 42), “neste período a atenção estava voltada para a promoção do desenvolvimento e organização do sistema agroindustrial do pescado no Brasil”.

No período de 30 a 40 a atividade pesqueira é caracterizada por um Estado forte, com o poder regulamentador estabelecendo Códigos para o uso dos recursos renováveis como: Código para água, floresta, e o Código da pesca (1938) o qual inovou com a legislação específica da atividade (SEVERO 2008).

Em 1942, através do decreto lei nº. 4.830, as Colônias de pesca passam para a jurisdição da Marinha, subordinada aos Comandos Navais e as Capitânicas dos Portos, para os assuntos de vigilância e defesa das águas territoriais permanecendo o fomento e a orientação técnica a cargo do Ministério da Agricultura. Em 1943, é criada a Comissão Executiva da Pesca, com o objetivo de organizar cooperativamente a pesca no país. Em 1950 são aprovados estatutos que são viabilizados para Confederação Geral do Pescador, Federação Estadual de Pescadores e para as Colônias. Com tudo isso em 1961, através do decreto lei nº. 50.872 é finalmente criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca - CONDEPE (SEVERO 2008).

O terceiro período foi formado por novas regulamentações para a pesca. Com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE em 1962 e que vigorou até fevereiro de 1989 (SEVERO 2008).

Segundo Abdallah (1998, apud SEVERO, 2008 p 42), “no Brasil a atividade pesqueira tomou maior impulso a partir da década de 60. E a política de incentivo à produção pesqueira iniciou-se em 1967 com a promulgação de decreto lei 221”.

Com este decreto o Código da Pesca foi revogado e as atividades nas Colônias Federações e Confederação Geral dos Pescadores, foram reorganizadas e regulamentadas, passando a ter o nome de Confederação Nacional dos Pescadores.

Em 1973 é criado em convênio como Ministério da Agricultura / INCRA/ BNCC e SUDEPE, o Plano de Assistência à Pesca Artesanal-chamado de PESCART, que tinha como objetivo de prestar assistência técnica aos pescadores e as suas organizações.

No mesmo ano com a portaria 471, o Ministério da Agricultura aprova os novos estatutos para as colônias e pescadores e em 1975, novos estatutos para as Federações Estaduais dos Pescadores. No ano de 1980, com o decreto nº. 85.394, é criado o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento Pesqueiro com o objetivo de prestar assistência Técnica aos pescadores artesanais (SEVERO, 2008).

O quarto período prevalece até os dias atuais, neste período houve a criação do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA, com a criação deste órgão a SUDEPE é extinta (SEVERO, 2008, p. 43).

De acordo com Pasquotto (2005, apud SEVERO 2008, p. 43).

A partir da década de 90, com os impactos sociais e ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento adotado para o setor pesqueiro, começam a surgir iniciativas de políticas públicas mais específicas para a pesca artesanal, neste sentido, evolui a legislação ambiental que estipula período de proibição da pesca, os chamados “defesos”.

Em 20 de dezembro de 1991, com a Lei nº. 8.287²⁴, foi criado o seguro desemprego, esta lei foi revogada pela Lei nº. 10.779²⁵, de 25 de novembro de 2003, afirma em seu Art. 1º que o pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

Neste mesmo período além do seguro desemprego, os pescadores passaram também a ter direito ao PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e passava a se regulamentar como beneficiário do programa, que foi criado através do decreto nº. 1.946 de 28 de junho de 1996. (Pasquotto, 2005).

²⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8287.htm. Acesso em fevereiro de 2013

²⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm. Acesso em fevereiro de 2013

Dentro de tantas inovações no âmbito da legislação pesqueira, em 1999 é criada uma nova medida provisória nº. 1.795, a qual passa as atribuições de fomento da Pesca e Agricultura para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, por meio das Delegacias Federais da Agricultura - DFAs, criada nos respectivos Estados das Federações. Com este fato a Coordenação se dá através do Departamento de Pesca e Aquicultura. (Severo, 2008).

Nesta Perspectiva, Severo reforça que:

Em janeiro de 2003, a medida provisória nº. 103²⁶, entre outras determinações criou a Secretaria de Aquicultura e Pesca – SEAP, um órgão que tem caráter de Ministério, com o objetivo de assessorar direta e indiretamente o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e fomento da produção pesqueira no país. Severo (2008, p. 44).

De acordo com informações divulgadas na cartilha Pescando Desenvolvimento Sustentável “A criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP possibilitou para o setor pesqueiro ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social e ao aumento da produção e consumo do pescado no Brasil”. Brasil (2009, p.06).

Em 2009 é criado o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, tornando este ano muito importante para os pescadores e aquicultores do Brasil, pois entra em vigor a Lei 11.959/09²⁷ que regulamenta a atividade pesqueira. O próprio MPA divulga em publicação na cartilha Pescando Desenvolvimento Sustentável, de setembro de 2009, que “o país desenvolve a cadeia produtiva do pescado de forma autossustentável, beneficiando diretamente mais de 3,5 milhões de pessoas em todo o território nacional”. Brasil (2009, p. 06).

Ainda segundo o documento anteriormente citado, a transformação da SEAP em Ministério da Pesca e Aquicultura fez consolidar o trabalho realizado nos últimos anos e articulou um espaço para a implantação de uma política de Estado, com garantias de continuidade, e não apenas de Governo, possibilitando o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da pesca e aquicultura no Brasil.

²⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm. Acesso fevereiro de 2013.

²⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso fevereiro de 2013.

O documento defende que o Ministério passa a ter mais autonomia, responsabilidade, estrutura e recursos, garantindo melhores condições para fomentar a atividade pesqueira e aquícola brasileira. Explica ainda que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) se constitui num parceiro importante no trabalho e é também corresponsável pelo ordenamento da pesca. Brasil (2009, p. 06).

3.2 LEIS RELACIONADAS AO SETOR PESQUEIRO-PESCA ARTESANAL

A justificativa governamental é que o Decreto 221, de 1967²⁸, não atendia mais às necessidades do setor pesqueiro, com isto a nova Lei da Pesca trouxe importantes benefícios para quem ganha a vida nas águas brasileiras. O documento defende que esta Lei reconhece os pescadores e aquicultores como produtores rurais e beneficiários da política agrícola, o que garante o acesso às linhas de crédito mais vantajosas disponíveis no mercado. Argumenta também que esta mesma legislação vem introduzir a preocupação com a sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros. Brasil (2009, p. 06-07).

Outro avanço da Lei 11.959/09 é reconhecer como trabalhadoras da pesca as mulheres que desempenham atividades complementares à pesca artesanal, como conserto de redes e beneficiamento e comercialização do pescado e subprodutos. Essa mudança foi importante para garantir trabalho e renda a milhares de mulheres brasileiras. Isto faz com que as mulheres consigam ter seu espaço no ambiente pesqueiro. Brasil (2009, p. 07).

Quando mencionamos a legislação, não podemos deixar de tecer algumas considerações ao incluir as mulheres pescadoras, e lembrar que o primeiro passo em direção a inclusão social e política das mulheres trabalhadoras da pesca se deu em 1979 com o reconhecimento na legislação federal de sua qualificação profissional. E a partir deste enfoque foi que passamos a observar um aumento significativo de cadastros de mulheres trabalhadoras da pesca ao levarmos principalmente em consideração os números do registro geral, que em fevereiro de 2009 contava com mais de 200.000 mulheres e, com destaque principalmente para o número de mulheres trabalhadoras do nordeste com mais de 120.000 registros. Da mesma forma, quanto ao acesso ao seguro defeso, segundo informações do cadastro do MTE²⁹ em 2009, 115.980 mulheres foram beneficiadas no ano anterior, de um universo total de 334.347 beneficiados, demonstrando a participação expressiva das mulheres

²⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0221.htm. Acesso fevereiro de 2013.

²⁹ Ministério do Trabalho e Emprego

no setor da pesca artesanal. Apesar disso, devido a vários fatores, a aquisição de carteira de pesca profissional continua sendo um processo desafiador para muitas trabalhadoras. Ainda estima-se que existem muitas mais que não foram ou não estejam oficialmente registradas para poder acessar todos os benefícios associados aos seus direitos como trabalhadoras da pesca³⁰.

Este fato ainda acontece porque muitas mulheres têm acesso restrito às reuniões das colônias, associações e federações, ocasionando na pesca, no país, atividade tradicionalmente exercida pelos homens e, mais do que isso, sempre pensada (pelos próprios membros das comunidades pesqueiras) como um domínio essencialmente masculino, o que resulta em invisibilidades para as mulheres.

No entanto o I Encontro Nacional das trabalhadoras da Pesca e Aquicultura, realizado em 2004, contribuiu sobremaneira no levantamento de demandas dessas profissionais e permitiu subsidiar muitas ações do MPA³¹ e outras instituições que possuem interfase com essa atividade, mas foi insuficiente para consolidar a transversalidade de gênero nas políticas para a pesca e aquicultura.

3.3 POLÍTICAS E DIRETRIZES DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Como já explanado anteriormente o Ministério da Pesca e Aquicultura foi criado em 2009, como forma de viabilizar as políticas públicas para os pescadores de todo Brasil. Assim, o Governo Federal se propõe a direcionar e legitimar políticas que venham viabilizar a redução da pobreza, o combate à exclusão social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais que são fatores que afetam a população.

A 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca realizada em Brasília-DF, no período de 30 de setembro a 02 de outubro de 2009 vem esclarecer que a pesca artesanal representa cerca de 50% do total de pescados produzidos no país, essa produção vem ser resultado de esforços de mais de 700 mil pescadores. No entanto mesmo atingindo essa

³⁰ Dados obtidos do projeto Básico Faturpe /MPA 2010, informados na ocasião por técnica do MPA, Ana Luiza Spinelli.

³¹ Ministério da Pesca e Aquicultura

proporção, este setor ainda apresenta um alto índice de baixa escolaridade e enfrenta condições precárias de trabalho.

Por este motivo para uma perspectiva do desenvolvimento da pesca artesanal, um dos pilares que foi discutido nesta Conferência tem uma relação direta com a formação cidadã tanto dos pescadores quanto dos seus familiares. Assim, foi considerada imprescindível a elevação da escolaridade, da capacidade de organização das pessoas para acessar as políticas públicas nas áreas de segurança alimentar, saúde, educação, assistência social e para buscar formas de geração de trabalho e renda, por meio da organização popular, maior participação e controle social.

A publicação da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca chama a atenção sobre a necessidade de consolidação e “reconhecimento da importância do setor pesqueiro para o desenvolvimento econômico do Brasil em bases sustentáveis para uma política de Estado, se expressa no fortalecimento das políticas públicas definidas, que cria uma estabilidade institucional e garante a continuidade dessas políticas”. Brasil (2009, p. 27).

Diante do Exposto acima citado, o Ministério da Pesca e Aquicultura tem divulgado que sua missão consiste em consolidar políticas públicas que estejam direcionadas para a inclusão profissional e social e que contribua para a valorização do pescador (a) artesanal.

Segundo divulgação do jornal do Ministério da Pesca e Aquicultura:

A Igualdade entre homens e mulheres. “A justa reivindicação de serem reconhecidas como membro produtivo das comunidades pesqueiras está sendo honrada pelo governo federal. A nova Lei da Pesca reconhece como trabalhadoras da pesca as mulheres que desempenham atividades complementares à pesca artesanal, como artesanato, beneficiamento e comercialização do pescado, garantindo - lhes acesso a crédito, capacitação profissional, formação educacional e assessoria técnica na administração e comercialização de produtos. Com isso, elas ganham mais autonomia e uma relação de maior igualdade com homens pescadores.(Jornal do pescador Ano I, 1ªedição/Maio de 2010, p. 06).

O mesmo jornal divulga uma notícia a respeito de uma linha de crédito para ambos profissionais, a qual enfatiza que:

“Empreendimentos geram renda extra. O projeto de Apoio a pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal visa apoiar experiências de desenvolvimento local que gerem renda para inclusão social e estruturação da cadeia produtiva. Beneficiando diretamente quase 15 mil pescadores e pescadoras artesanais, o programa está sendo implantado inicialmente em 61 municípios espalhados por todas as regiões do País. O MPA destinou R\$ 2,8 milhões para capacitação de pessoal e aquisição de equipamentos para quatro categorias de pequenos empreendimentos, gerenciados diretamente por pescadores artesanais: manipulação de mariscos, pontos comerciais fixos, acampamentos de pescadores artesanais e cozinhas comunitárias”.
Jornal do pescador Ano I, 1ª edição/Maio de 2010, p. 05).

Os dados a seguir apresentados sobre o MPA, foram coletados no encontro realizado nos dias 17 e 18 de maio de 2012 em Brasília, o II Seminário Institucional, último evento que culminou na finalização do projeto: Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para Pesca e Aquicultura do MPA”. Momento no qual foi possível reunir no auditório do MPA/DF, durante 2 dias as seguintes pessoas e instituições: Ângela Souza – UNILA, Carmen Rial – UFSC, Elenise Scherer – UFAM, Eunice Lea Moraes – SEPPIR, Glaucia Fraccaro e Márcia Leporace - SPM, Julia Torres Colares – Ministério do Trabalho/CE, Liza UEMA – MDA, Márcia Aguiar – Secretaria da Mulher de Pernambuco, Maria Nagy – Ministério da Saúde, Mariomar Teixeira – CNPq, Nazarett Pimentel – Secretaria da Mulher/Serra/ES, Norma Meireles – UFPB, Rejane Léa Ramos Gomes – Coordenadora de polo EAD/CE, Solange Silva – Socióloga – Prefeitura Recife , Thais Dias Gomes – Mestre UFBA. Além das pescadoras de 3 regiões do Brasil: do Nordeste, Ana Lúcia Félix Freire, Esmeralda Soares da Silva, Joana Mousinho, Natércia Mignac da Silva, Rivanda Alves Simões; do Sul, Nair Maria Cabral Manc, Neusa Maria Cabral Krech e do Norte, Simone Castro Rodrigues, Ana Maria Paes Feitosa . Além dos seguintes membros do MPA: Átila Maia da Rocha, Luiz Sabanay, Sérgio Macedo de Gomes Mattos. Na ocasião foi realizado o lançamento do livro: Gênero e Pesca, Leitão (2012).

De acordo com Sérgio Mattos³² em apresentação oral realizada no referido evento, no qual destacou que a missão do Ministério da Pesca e Aquicultura é promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca, articular atores sociais, consolidar uma

³² Coordenador Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca Artesanal Continental – CGPAC/ MPA.

política de Estado com inclusão social e contribuir para a segurança alimentar. Na sua fala se destacam valores que estão interligados a:

- Sustentabilidade social, ambiental e econômica;
- Transparência;
- Inovação;
- Garantia dos direitos;
- Equidade e participação social;
- Reconhecimento das culturas locais;
- Respeito às diversidades regionais;
- Eficiência, eficácia e efetividade;
- Comprometimento;
- Desenvolvimento e crescimento com foco na produção.

Sérgio Mattos ainda ressaltou que em janeiro de 2011 havia no Brasil cerca de 990 mil pescadores registrados, deste total 985 mil são pescadores e pescadoras artesanais e que o Nordeste lidera o ranking com 46% de pescadores artesanais. As ações do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca Artesanal estão atreladas a:

- Qualificação profissional;
- Gestão de Empreendimentos;
- Ordenamento da pesca.

Em relação à qualificação profissional está incluída a:

- Inclusão Digital com o objetivo de promover a inclusão digital, resgate cultural e atividades pedagógicas e desenvolver uma rede com tecnologias de informação e comunicação dos trabalhadores da pesca;
- Cursos de Formação com o objetivo de implantação de uma política de formação humana na área de pesca marinha e continental e aquicultura familiar;
- Cursos Técnicos de Pesca e Aquicultura, na modalidade de ensino a distância com o objetivo de oferecer cursos técnicos de nível médio, integrados à pesca e aquicultura. A intenção é realizar 02 cursos diferentes e formar 2.000 técnicos;
- Alfabetização com o programa Pescando Letras para alfabetizar pescadores que não tiveram acesso à educação durante a idade escolar;

No que se refere à Gestão de Empreendimentos:

- Fábricas de gelo, com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva da pesca artesanal e da aquicultura com a cessão de usos de Fábricas de Gelo de 1, 2, 3 e 9 toneladas/dia;
- Pequenos Empreendimentos com os objetivos de gerar trabalho e renda em comunidades pesqueiras, melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores da atividade pesqueira, aumentar o valor agregado do produto, aproveitar subprodutos da pesca e melhorar as condições sanitárias do pescado e de seus subprodutos;
- CIPAR - Centros Integrados da Pesca Artesanal, com o objetivo de agregar valor e gerar trabalho e renda nas comunidades pesqueiras, incorporando princípios de economia solidária na autogestão das infraestruturas;
- Valorização e Renovação da Frota para o Fortalecimento da difusão de saberes locais de construção e reparo e valorização da diversidade de embarcações brasileiras: **“Barcos do Brasil”**, apoio às pequenas oficinas e estaleiros e escolas de pesca e cursos de capacitação em carpintaria naval, mecânica de diesel e reparo de motores;
- Revitaliza - Programa de Revitalização da Frota Pesqueira Artesanal com o objetivo de melhoria nas condições de manuseio e conservação do pescado a bordo, melhoria das condições higiênico-sanitárias a bordo, redução do consumo de combustíveis, promoção segurança do tráfego aquaviário, promoção à segurança do trabalho a bordo e disponibilidade a melhores condições de trabalho á bordo.

Sérgio Mattos explica que ao nos referirmos ao Ordenamento sua função é de avaliação e adequação das demandas. Vale ressaltar que o documento Programas e ações do MPA³³, publicado em outubro de 2012, acessado no site deste Ministério detalha: PROGRAMA 2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA (Ação 20XZ - Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola); PROGRAMA 2052 - PESCA E AQUICULTURA (Ação 20Y0 - Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola), (Ação 20Y1 - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola) e (Ação 20Y2 - Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas); 14TI - Implantação de Terminais Pesqueiros (TPPs). Neste documento existe a presença de mulheres em algumas ilustrações que se refere a cursos de qualificação e ao beneficiamento do pescado.

³³http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Planos_e_Politicas/Cartilha%20Progamas%20e%20A%C3%A7%C3%B5es%20final%206.pdf. Acesso fevereiro de 2013.

O documento sobre o PLANO SAFRA DA PESCA E AQUICULTURA 2012/2013³⁴, afirma que o seu objetivo se constitui em “divulgar as linhas de financiamento adequadas às necessidades de crédito para o desenvolvimento da pesca e aquicultura nacional”, BRASIL (2012, p.04).

Informa que o público alvo desta linha de crédito são:

Pescadores profissionais que se dediquem à pesca artesanal e aquicultores familiares que desenvolvam atividades de cultivo de pescado com fins comerciais, detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, que comprovem no mínimo 50% da renda bruta familiar originada da pesca e/ou aquicultura. Considera-se atividade pesqueira todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa de recursos pesqueiros. BRASIL (2012, p. 10).

Também define o que a linha de crédito considera pesca artesanal

É a exploração da atividade pelos pescadores profissionais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte, que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas na atividade e fora dela, por qualquer componente da família, de até R\$ 160.000,00. BRASIL (2012, p. 10).

As pescadoras aparecem no documento do PLANO SAFRA DA PESCA E AQUICULTURA 2012/2014³⁵, a partir do Pronaf Mulher no que se refere a investimento e custeio, que consiste num:

Microcrédito produtivo para pesca e aquicultura, no qual as beneficiárias são as mulheres pescadoras e aquicultoras que desenvolvam suas atividades como subsistência, praticando trocas sem fins lucrativos e que tenham o trabalho familiar como base na exploração da atividade, obtenham, no mínimo, 50% da renda familiar na exploração pesqueira, aquícola ou agropecuária e gere renda bruta anual familiar de até R\$ 10.000,00. (2012, p. 12).

³⁴<http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Outros/Cartilha%20cr%C3%A9dito%20FINAL%206%2031-01.pdf>. Acesso fevereiro de 2013.

³⁵ O documento sobre o Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2014, consiste numa publicação com 60 páginas, onde existe várias ilustrações, desde a capa que predomina fotografias de homens pescadores e somente na página 25 do documento uma cena composta por uma mulher e um homem realizando coleta de mariscos, esta imagem, corresponde ao item 7.8 com título marisqueiras, denominação atualmente rejeitada pela Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco..

Neste caso, o documento afirma que este crédito tem a finalidade de investimento e custeio, com o objetivo de “financiar as atividades desenvolvidas no setor produtivo que sejam compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar, podendo cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida”. (2012, p. 12).

Chama a atenção para as vantagens no que se refere o bônus de adimplência de 25% do pagamento do financiamento sobre cada parcela de dívida paga até a data do seu vencimento. (2012, p. 12).

Existe também a oferta de linha de crédito somente para investimento, no Pronaf Mulher para pesca e aquicultura. As beneficiárias são as mulheres pescadoras e aquicultoras “integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, independente de sua condição civil”. (2012, p. 13).

Segundo o documento o objetivo e as vantagens desta linha de crédito consistem em:

Financiamento das atividades desenvolvidas no âmbito da pesca e aquicultura produtiva, inclusive montagem de agroindústrias caseiras, artesanato e turismo rural, dentre outras. Vantagens: gerar uma segunda renda para investimento na propriedade familiar, independente do marido ou companheiro ter acessado financiamentos tradicionais de custeio e investimento do programa. (2012, p. 13).

Cartilha de Crédito Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013, possuem 40 páginas, está muito bem ilustrada, mas não existem mulheres nas fotografias, apesar das mulheres serem contempladas em duas modalidades de crédito.

O conteúdo deste capítulo possibilitará dialogar com os discursos das mulheres pescadoras das duas comunidades envolvidas. Verificar se há inclusão destas e de outras pescadoras na construção destas diretrizes do Ministério da Pesca e Aquicultura e como estas políticas públicas são por elas acessada.

4- CAPÍTULO III – DIAGNÓSTICO SOBRE TRABALHO, SAÚDE E ALIMENTAÇÃO A PARTIR DOS RELATOS DAS PESCADORAS.

Este capítulo apresenta uma descrição densa dos dados da pesquisa no que se refere ao diagnóstico realizado sobre trabalho, saúde e alimentação das mulheres na pesca artesanal.

A participação das pescadoras levantou informações que aliadas à revisão bibliográfica, foram utilizadas na construção deste texto. A partir das respostas que obtivemos com a participação das 16 mulheres, organizamos uma planilha de dados relacionada a cada temática, ou seja, as condições de trabalho destas mulheres, os problemas de saúde e a alimentação.

Nosso primeiro dia de convivência iniciou-se às 9 horas da manhã do dia 30 de julho de 2010, quando foram iniciadas as atividades. As pescadoras das Colônias Z-1 Brasília Teimosa e Z-10 Itapissuma, chegaram em dois micro-ônibus da UFRPE e, já estavam no local a equipe do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Sociedade e as coordenadoras do projeto.



Figura 05: Chegada das pescadoras ao evento.

Na recepção as pescadoras foram avisadas da presença de profissionais da área de saúde que desejavam realizar coleta de sangue com o objetivo de realizar análise das taxas bioquímicas. Esta ação foi incorporada considerando que as atividades estão dirigidas para a observação do cotidiano que inclui também bem estar e saúde das mesmas.

Primeiramente realizamos as apresentações, como também nos disponibilizamos a fazer o levantamento antropométrico³⁶, solicitando delas a permissão para aplicação de instrumentos de medições - ferramentas de levantamento nutricional, como abordagem transversal.

Ficou entendido que foi uma surpresa satisfatória de todo grupo, não havendo restrições para aplicação do estudo e sendo realizado num ambiente de colaboração.

Depois dos exames, houve um intervalo no qual foi servido um lanche e logo depois foi realizada uma apresentação mais detalhada de toda a equipe, pescadoras e pesquisadores/as.



Figura 06: Momento da apresentações das participantes.

Na apresentação foi entregue a cada pescadora uma tarjeta de cartolina e uma caneta para que escrevessem suas expectativas em relação ao encontro que estava se iniciando. Elas expressaram seus comentários em voz alta e, posteriormente fixaram a tarjeta no painel.

Neste momento de interação, Ana Luíza Spinelli representante do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) apresentou o projeto, as coordenadoras, seus parceiros e o objetivo a ser alcançado na realização do evento, que consiste num diagnóstico sobre trabalho, saúde e alimentação das pescadoras.

³⁶ A antropometria foi definida como a ciência de medida do tamanho corporal (NASA, 1978). A antropometria é um ramo das ciências biológicas que tem como objetivo o estudo dos caracteres mensuráveis da morfologia humana. Como diz Sobral (1985) "o método antropométrico baseia-se na mensuração sistemática e na análise quantitativa das variações dimensionais do corpo humano". O tamanho físico de uma população pode ser determinado através da medição de comprimentos, profundidades e circunferências corporais, e os resultados obtidos podem ser utilizados para a concepção de postos de trabalho, equipamentos e produtos que sirvam as dimensões da população utilizadora. Disponível em <http://www.histeo.dec.ufms.br>. Acesso em 06/01/2013

A meta a ser alcançada com o diagnóstico nos 05 estados consistia em dar voz e visibilidade às pescadoras no que se referem as suas atividades laborais. Tudo isso na direção de que a pesca desenvolvida pelas mulheres, deixe de ser percebida como extensão do trabalho doméstico e passe a ser reconhecida pela sociedade na qualidade de profissionais desta cadeia produtiva.

Nesta fase introdutória do encontro, iniciou-se o processo de troca de saberes, a interação do grupo formado por duas comunidades diferentes, Colônia Z-1 (Brasília Teimosa/Recife) e a Colônia Z-10 (Itapissuma – Litoral Norte de PE), consistiram em requisito primordial para o desenvolvimento das atividades. Considerou-se três homogeneidades, que consiste em serem trabalhadoras da pesca artesanal, pertencerem a uma Colônia de Pescadores e possuírem o Registro Geral da Pesca. No que se referem às heterogeneidades, estas são expressivas na condição de residirem em comunidades diferentes, de possuírem a faixa etária e o grau de instrução diferenciado.

Após o almoço, iniciamos as atividades com um filme intitulado: “Acorda Raimundo”. Este filme aborda a temática da divisão sexual do trabalho, na qual há uma inversão de papéis socialmente construídos como femininos e masculinos. O marido se vê, desenvolvendo todas as atividades domésticas e de cuidados com a família. Comportamentos que são apreendidos e transmitidos culturalmente, portanto naturalizados na condição de papéis femininos a serem executados pela esposa e mãe. O roteiro mostra a mulher na situação de provedora, ou seja, a esposa desempenha o papel que socialmente se tem definido para o homem na relação familiar.



Figura 07: Exibição do curta-metragem “Acorda Raimundo”.

A proposta cômica de desconstrução dos papéis sociais, problematizou os conflitos e possibilitou trabalhar a temática da divisão sexual do trabalho, existente nas relações de poder dentro das Colônias e na prática diária da pesca artesanal.

Logo em seguida iniciamos outra atividade intitulada: O que essa mão já fez? Para isto, as pescadoras formaram dois grupos compostos por mulheres das duas colônias Z-1 e Z-10, na intenção de que as duas comunidades interagissem.

A proposta desta dinâmica consistia em que refletissem o que faz e o que podem fazer nas diversas dimensões de seu dia a dia, para isso foi solicitado que desenhassem suas mãos e escrevessem dentro do desenho, as atividades já realizadas por elas. O desenho foi colado num painel e cada uma comentou o seu registro e conseqüentemente um pouco de sua história de vida. As afirmações destacam as diversas atividades por elas desenvolvidas, incluindo o trabalho e também o simbolismo que envolve as relações sociais, especialmente as religiosas. Elas escreveram que as mãos: trabalham, escrevem, acariciam e agradecem a Deus, conforme relatos:



Figura 08: Dinâmica das mãos, algumas pescadoras e um cartaz com várias mãos mostrando as respectivas respostas.

Pescadora 6 “A minha mão ela faz comida, lava roupa em casa, cuida dos filhos, faz puff, colar, brincos, faz arranjos, renda e pesca mariscos etc”;

Pescadora 9 “Trabalho, ela trabalha que só. Tudo ela faz a minha mãozinha”;

Pescadora 12 “A minha mão faz comida”;

Pescadora 10 “A minha mão é companheira das dificuldades da vida”;

Pescadora 5 “Essa mão é a que me ajuda nas atividades do dia a dia”;

Pescadora 16 “A minha mão eu escrevo com ela, essa é a mão direita, eu faço tudo com ela, mas o que eu gosto mais é escrever”;

Pescadora 13 “A minha mão ajuda a escrever”;

Pescadora 11 “No desenho da minha mão eu coloquei a palavra “carícia”, eu vou dizer por que, porque eu sabia que a maioria das pessoas iriam escrever trabalho, aí eu coloquei carícia para eu acariciar alguém. Porque às vezes não precisa nem de uma palavra, só ter alguém para fazer assim (uma mão amiga no ombro de quem precisa)”;

Pescadora 4 “Minha mão dá amor para meus filhos”;

Pescadora 3 “Essa minha mão, abraça, aperta, e trabalha muito”;

Pescadora 15 “Eu uso minha mão para glorificar e agradecer ao Senhor todas as bênçãos que Ele nos dá”;

Pescadora 1 “Essa é a mão esquerda, ela faz tudo e substitui a direita” ³⁷.

As narrativas das mulheres acima, vêm demonstrar que mesmo o trabalho da pesca sendo árduo, cansativo, as mãos que são o principal instrumento de trabalho, tem uma supremacia especial ao destacarem a importância de afeto e carinho que representam.

Ao continuarmos as atividades após um intervalo, organizamos 02 grupos para sistematizar as questões referentes às atividades diárias das pescadoras no que diz respeito à rotina diária que envolve os serviços domésticos e a pesca.

De forma participativa as pescadoras descreveram as suas rotinas que incluem acordar, dormir, cuidar dos filhos e da casa, da saúde, da educação e outras ações que estão atreladas à atividade da pesca.

³⁷ Devido a um acidente doméstico, ela estava com o movimento da sua mão direita comprometido.



Figura 09: Ana Luiza Spinelli, representante do MPA mediando um grupo focal na “Construção da Rotina diária”, com pescadoras das duas comunidades pesquisadas.

Importante ressaltar que no litoral, a maré define o horário de todas as atividades, isso diferencia a construção da rotina diária em relação a outras atividades produtivas. Esta rotina está condicionada as oscilações de duas preamar e duas baixa-mar nas 24 horas do dia, estabelecem uma cultura laboral que é influenciada pelas fases da lua, o local e o horário das atividades que envolvem a pesca artesanal. Esta permanente alternância acontece em quatro períodos do dia, que consistem em quatro turnos de aproximadamente 6h e 12min, que é a duração de cada maré e suas variações, de preamar a baixa-mar.

Por causa desta oscilação foi estabelecido em comum acordo, o horário das 6 horas da manhã para a baixa-mar, a partir deste referencial, se construiu os seguintes dados que envolvem especialmente 02 dimensões:

- 1) Atividades domésticas ou de cuidado com a família
 - a) Acordam muito cedo, em média afirmaram que levantam entre 3 e 6 horas da manhã. Ao despertar algumas falaram que agradecem a Deus e iniciam as atividades;
 - b) A primeira tarefa se constitui em despertar as crianças e adolescentes para irem à escola/creche, em seguida fazem o café e “vão para maré”;
 - c) No regresso da pesca, beneficiam o pescado e/ou marisco, o que significa cozinhar e descascar. Realizam as atividades domésticas que envolvem as atividades de comprar os alimentos, cozinhar, lavar roupas e pratos; limpar a casa; quando necessário buscar as crianças na escola e ensinar, muitas vezes, as tarefas aos/as filhos/as.
- 2) Atividade de geração de renda
 - a) Pescar ou coletar, peixes e mariscos. Comercializar o produto in natura ou beneficiado.

Algumas estudam no programa EJA³⁸ (Educação de Jovens e Adultos). Na hora do descanso, à noite, algumas assistem novela, outras vão à igreja, outras necessitam cuidar de alguém doente na família, diariamente elas vão dormir por volta das 23 horas.

Além das atividades relacionadas à pesca e as atividades domésticas, elas relataram que, para completar a renda, comercializam diferentes produtos de beleza da empresa, Avon, Natura, por exemplo.

Concluída a coleta de dados relacionada à rotina diária, após uma pausa, as pescadoras foram organizadas em 02 grupos focais, para a realização do diagnóstico da pesca, um diálogo, a partir de um roteiro estruturado, sobre sua atividade laboral. Nesta fase de interação, algumas mulheres relataram as experiências vivenciadas em suas Colônias de Pescadores e os obstáculos encontrados no seu dia a dia, no que se refere à sobrevivência e a invisibilidade das mulheres na profissão. Destacamos a fala de duas pescadoras, denominadas P11 e P 2 atuantes em cada Colônia participante:

Itapissuma é uma cidade machista, até hoje é uma cidade machista, os homens acham é que eles podem prevalecer, e que as mulheres é para serem somente bucha de canhão. Agora só que eu sou da seguinte maneira, eu cresci, eu respeitei muito meu pai, mas só que eu sempre fui meio malcriada, e eu não deixava dentro de casa nem meus irmãos nem meu pai me passar para trás não. Eu apanhava mais eu respondia sem medo dizer, e eu cresci assim, ninguém botou na minha cabeça não, já veio daqui ó (da cabeça).
P11, Julho/2010.

... Para que a gente tenha um beneficiamento de pescado, porque o pescado é o seguinte, se você pega uma lagosta, se você bota a lagosta para cozinhar, no outro dia você quer comer, ela fica preta, e seca. Eu propus lá e Brasília (DF) que a gente tivesse um beneficiamento assim, que ele encaminhasse a gente para formar umas turmas, para de manhã trazer seu pescado, ajeitar tudo, cozinhar para guardar para comercialização... a gente faria uma feira na sexta, sábado e domingo, mas teríamos de ter o espaço, o CNPJ, o projeto para encaminhar para a secretaria de agricultura, aquicultura, piscicultura....
P2, Julho/2010.

³⁸ A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio. É importante destacar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos no sentido de não se limitar apenas à escolarização, mas também reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem. A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. <http://www.se.df.gov.br>. Acesso em maio de 2013.

Durante as atividades, elas se expressaram sobre a condição das mulheres serem minoria nas Colônias e não terem poder de atuação nas decisões, considerado por elas uma violência institucional. Diante deste debate Ana Luíza Spinelli destacou que “... é preciso caracterizar melhor essa violência para que ela possa ser reconhecida oficialmente como violência”. Assim chamou a atenção que “esse é um momento muito importante para vocês dizerem o que acontece com vocês, assim como o que acontece com as colegas de vocês”.

De acordo com a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos³⁹, uma violência é considerada institucional, quando é praticada nas instituições públicas como hospitais, postos de saúde, escolas, delegacias etc.

Nesta perspectiva a partir de Bourdieu, que trabalha, entre outros temas, com a questão da violência institucional, simbólica, vê-se que:

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU; PASSERON, 1975. p. 19).

Através das narrativas das mulheres pescadoras elas se consideram como excluídas de espaços de poder e decisão nas reuniões das Colônias, essa não participação interfere no processo de aprendizado para que as mulheres possam ter uma acessibilidade mais fácil aos seus direitos sociais e trabalhistas.

4.1 DIAGNÓSTICO DA PESCA

Ao trabalharmos no diagnóstico referentes à atividade laboral das mulheres pescadoras, foram enunciadas as seguintes questões:

Pesca e coleta: As pescadoras da Colônia Z-10 em Itapissuma pescam e coletam. As pescadoras de Brasília Teimosa só coletam mariscos;

³⁹ <http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio019>. Acesso em maio de 2013.

Espécies de peixes: Manjuba, sauna, tainha, sardinha, carapicu, carapeba, raia, bagre, camurim, mororó, sôia, moréia, aniquim;

Espécies de mariscos: Sururu, ostra, marisco pedra e redondo, taioba, camarão, unha de veio, siri duro e mole;

Quem vende ou troca – Direto ao consumidor, ao atravessador, troca por lenha, por bolo, utilizam para o próprio consumo dependendo da quantidade, divide com as crianças que as ajudam na pesca;

Renda – Semana de R\$40,00 a R\$150,00 reais. No entanto, existe uma grande diferença no inverno e no verão, por exemplo: a pescadora 14 da Colônia Z-10 de Itapissuma, afirmou que sua renda da pesca no verão chega a R\$ 400,00 e no inverno a R\$100,00.

Controle do dinheiro – Todas afirmaram controlar seus próprios recursos;

Acesso à área da pesca – Em Itapissuma elas informaram que o acesso é fácil, mas ao mesmo tempo é perigoso. Em Brasília Teimosa, a dificuldade de acesso se refere a distância e o lixo que dificultam o acesso. Apenas a pescadora 4, da Colônia Z-01 de Brasília Teimosa, afirmou que na maré baixa se formam 5 (cinco) *croas*⁴⁰ perto de sua casa;

Dificuldades - As principais dificuldades enumeradas se referem à falta de recursos para a manutenção das redes e embarcações. A maioria não possui barcos e/ou canoas. A pesca do marisco, que exige muitas vezes, toda a parte inferior do corpo dentro d'água em contato com água viva e bactérias. A falta de proteção nos pés e mãos que resulta em furadas de peixes exemplo, o aniquim dentre outros, falta de isca para pescar. Faltam políticas públicas para equilibrar o caráter sazonal da atividade, nas duas comunidades o inverno reduz a renda, por causa da escassez do produto e também pela ausência dos consumidores. Por fim, destacam a violência eminente ao dividir espaço com usuários de droga.

Renda da pesca e de outras atividades - Renda do Bolsa Família varia entre: R\$68, 00, R\$80, 00, R\$96, 00, R\$112,00; R\$127,00, que vem ajudar a renda da pesca.

Em síntese, constatou-se que ambos os grupos vendem os produtos da pesca de forma diversificada: diretamente ao consumidor final, ao atravessador e beneficiado, e também comercializam nas praias, nos finais de semana aos banhistas. Passam pelas mesmas

⁴⁰ Pequenos espaços de areia.

dificuldades, no entanto a área de acesso nas duas localidades é diferenciada pela distância e pela incerteza do perigo constante.

Os dois grupos informaram que apresentam grande dificuldade em mensurar o valor do produto pesqueiro, mas são conscientes de que vendem por preço inferior ao valor justo. Também não conseguem identificar o valor da renda que a atividade gera em um período de trinta dias de trabalho.

Para finalizarmos as atividades do dia 30 de julho de 2010, pedimos para que elas, organizadas em dois grupos, fizessem a construção de um boneco, o qual teria as respectivas partes do “corpo”: Cabeça (Identificação), Mãos (Trabalho), Coração (Sentimento), Pés (Ação). Esta atividade iniciou às 18 horas e foi realizada durante uma hora, a qual identificou as mulheres pescadoras nos seguintes aspectos: nome, profissão, idade, tempo de trabalho na atividade da pesca, sentimentos de alegrias e tristeza na realização da atividade pesqueira, condições que limitam o trabalho na cadeia produtiva da pesca artesanal e obtivemos os seguintes dados:



Figura 10: Construção de uma boneca, atividade que consistia em identificar os sentimentos. Pescadoras da Colônia Z-01 Brasília Teimosa.

Grupo 01 formado por:

Pescadora 12- 45 anos, 04 filhos, pesca há 20 anos, o marido é pescador e não colabora nos serviços domésticos, ela não tem Registro Geral da Pesca (RGP); **Pescadora 9-** 37 anos, 02 filhos, pesca há 30 anos, o marido não é pescador, ele ajuda no serviço doméstico e a catar o marisco, ela tem RGP; **Pescadora 10** - 47 anos, 02 filhos, pesca há 38 anos o marido não é pescador e não colabora nas atividades domésticas, ela possui RGP; **Pescadora 4** -30 anos, 04 filhos, um é portador de necessidades especiais, pesca há 23 anos o marido é pescador e

colabora em casa, ela tem o RGP; **Pescadora 11-** 54 anos, 02 filhos, viúva, pesca há 46 anos e tem RGP há 29 anos; **Pescadora 7-** 56 anos, 05 filhos, pesca há 50 anos o marido é pescador e colabora nas atividades de casa, ela tem RGP desde 1982; **Pescadora 5-** 25 anos, 01 filho, pesca há 16 anos, o marido é pescador e colabora às vezes com os serviços domésticos e não possui RGP; **Pescadora 1-** 47 anos, 09 filhos, pesca há 15 anos, o marido é pescador e colabora nos serviços domésticos, ela tem RGP há 2 anos.

No que se refere às respostas relacionadas aos sentimentos, elas relataram sentir alegrias, limitações e tristezas, nas suas palavras:

Alegria: “Pescar é bom porque ganha dinheiro”; “sente emoção de trabalhar honestamente e conquistar tudo com o seu suor”; “tem satisfação de poder está pescando e trabalhar para realizar um sonho”; “sente alegria de trabalhar na pesca”; “paixão, paz e orgulho na atividade por ser um meio de sobrevivência para minha família”.

As limitações: “Falta isca e materiais”; “sentem dores nas costas e no corpo”; “a menstruação é uma limitação para o tipo de trabalho”.

Tristeza: “Afastamento da atividade devido a doenças”, por exemplo, a diabetes; “por que não tem material e não tem meio de transporte para pescar”, “a renda é pouca e as pessoas não valorizam o trabalho desenvolvido pelas mulheres”, “há desvalorização por parte de alguns órgãos e pessoas”, o que elas denominam de discriminação”.

Em relação às respostas relacionadas às ações, ao caminho percorrido pela vida, elas relataram que:

Pés: “É preciso força para caminhar e coragem para vencer o dia a dia”, “superar ferimentos com cascos de ostras e furadas de alguns peixes”, “dor, cansaço, luta, trabalho e sofrimento”.

Neste primeiro grupo, as narrativas das mulheres indicam que o trabalho da atividade pesqueira mesmo com dificuldade e falta de estrutura para sua realização, elas demonstram alegria e satisfação por ganhar seu dinheiro de forma justa e correta, mesmo com todas as limitações existentes.

Foi constatado que as participantes se identificam como trabalhadoras da pesca, as respostas indicaram que a coleta do marisco se constitui na principal atividade, a dificuldade em pescar peixes se justifica pela incerteza e dificuldades do trabalho em alto mar.

Elas se identificam como pescadoras, mesmo percebendo a desvalorização dada ao seu trabalho por parte de uma sociedade que não reconhece sua profissão.

Para Castells,

A identidade é um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um atributo de conjuntos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalecem sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. (CASTELLS, 1999, p.22).

A partir das considerações do autor, percebe-se que socialmente, dentro e fora das Colônias de Pescadores, ainda não lhe são atribuídas as mulheres o status de pescadoras. Considerando que o significado de pescador está relacionado a conjuntos culturais inter-relacionados que envolvem os estereótipos de masculinidade. No entanto, elas se reconhecem e se identificam como pescadoras, por isso reivindicam seus direitos.

Grupo 02 formado por:

Pescadora 8- 30 anos, 02 filhos, pesca há mais de 20 anos, o marido é pescador,tem RGP;
Pescadora 13- 42 anos,02 filhos, há 20 anos pesca, o marido é pescador e não ajuda nas atividades, ela tem RGP;**Pescadora 14** -48 anos,02 filhos,viúva, pesca há 39 anos, ela tem RGP; **Pescadora 2-** 53 anos, 01 filha, ela é viúva e tem RGP; **Pescadora 15-** 46 anos, sem filhos,solteira, trabalha na pesca desde a adolescência e não possui RGP;**Pescadora 1** - 34 anos, 02 filhos,casada, no momento está afastada da profissão da pesca devido o problema de movimento da mão, o marido ajuda nos serviços domésticos e não sabe quanto tempo falta para se aposentar⁴¹.

No que se refere às respostas relacionadas aos sentimentos, elas relataram sentir alegrias, limitações e tristezas:

Alegria: “de realizar a atividade da pesca”, “ganhar dinheiro no verão”, “ter saúde para poder buscar o sustento”;

Limitações: principalmente no período da menstruação e com as dores no corpo;

⁴¹ Neste momento as pescadoras 3 e 16 solicitaram não participar da atividade, o que foi aceito pelo grupo.

Tristeza: uma pescadora informou que o que lhe entristece é viver sozinha, a tarefa é árdua e há perda dos movimentos da mão direita.

Em relação às respostas relacionadas às ações, ao caminho percorrido pela vida, elas relataram que:

Pés “Enfrentam a poluição na maré (lixos e vidros)”;

“sofrem preconceito dos pescadores”,

“enfrentam perigos por causa dos usuários de droga que ficam na maré”,

“o risco de vida é grande”.

Neste segundo grupo elas narram todas as dificuldades ocasionadas por problemas de saúde e risco de vida, mesmo assim, sentem alegria em realizar esta atividade. Observando as suas narrativas verificamos que as mulheres das duas comunidades pesquisadas compartilham das mesmas dificuldades.

4.2 DIAGNÓSTICO SAÚDE OCUPACIONAL

No segundo dia de encontro, 31 de julho de 2010, abordamos as questões referentes à saúde. Nossa primeira atividade consistiu numa dramatização sobre saúde pública, cujo roteiro e encenação foi realizada pelas pescadoras. Elas decidiram apresentar as falhas do sistema público de saúde. Retrataram a indignação relacionada aos atendimentos e a subordinação da população perante a incapacidade de mudar a situação.

Depois de terminada as encenações, todas assistiram ao curta-metragem produzido pelo Grupo Teatral Louca de Pedra Lilás⁴², o objetivo consistiu em fomentar o debate sobre questões relacionadas aos direitos sociais, as políticas públicas e o acesso aos serviços de assistência à saúde. O curta-metragem incentivou a reflexão sobre a saúde da mulher e aprofundou a discussão sobre o contexto de desigualdade e preconceitos no ambiente da pesca artesanal.

O debate anterior, semelhantemente ao curta-metragem “Acorda Raimundo”, que possibilitou discutir os papéis sociais dos homens e das mulheres diante da divisão sexual do

⁴² Uma organização não governamental formada por mulheres fundada em 1996. Especializada em promover via **TEATRO E COM HUMOR** a postura cidadã quer sejam nas reações entre homens e mulheres, quer sejam nas questões urgentes e atuais como educação, sexualidade reprodutiva, ou ainda prevenção e combate a violência, entre outras. (081) 3421-5573- 9959.2451. Av. Cruz Cabugá, 514B Santo amaro Recife PE <http://www.loucas.org.br/principal.html>.

trabalho e que estas desigualdades são vivenciadas no âmbito doméstico e nas instituições públicas e privadas.

Nos seus relatos elas descreveram várias situações nas quais destacam as dificuldades de acesso à aposentadoria e/ou auxílio maternidade, entre outros.

Muitas apontaram dentre os acidentes de trabalho: cortes por ostras, por vidros e tantos outros resíduos sólidos encontrados dentro do mangue, no caso de Brasília Teimosa/Recife e no Canal de Santa Cruz, em Itapissuma, considerando que trabalham sem Equipamentos de Proteção Individual (EPI's).

Está presente em suas narrativas o descrédito em relação ao sistema público de saúde, predomina em suas falas a informação de que cansaram de buscar auxílio médico, porque quando chegam ao Posto de Saúde e descrevem os sintomas, elas não se sentem ouvidas pelos médicos e afirmam que “o médico sempre receita o mesmo medicamento, permanganato⁴³ para coceiras, xarope para tosse, ou pomada para as doenças ginecológicas”.

Também informaram que existem dificuldades em realizar os exames periódicos, que os médicos não as encaminham aos especialistas, relatam tanto as mulheres de Itapissuma quanto as de Brasília Teimosa. Desta forma, optam por remédios caseiros que segundo elas são mais eficientes: “quebra pedra para problemas renais, aroeira para doenças ginecológicas”.

O processo de interação nas dramatizações objetivou motivar o debate sobre saúde ocupacional, neste momento os relatos já evidenciaram lacunas no acesso destas profissionais ao sistema público de saúde.

As respostas evidenciam os seguintes resultados:

⁴³ É um composto químico de função química sal, inorgânico, formado pelos íons potássio (K^+) e permanganato (MnO_4^-). É um forte agente oxidante. Tanto como sólido como em solução aquosa apresenta uma coloração violeta bastante intensa que, na proporção de 1,5g por litro de água (em média), torna-se vermelho forte. É utilizado principalmente no tratamento da catapora (varicela) pois ajuda a secar os ferimentos. É usado também como agente oxidante em muitas reações químicas em laboratório e na indústria. Também é utilizado como desinfetante em desodorantes. É usado para tratar algumas enfermidades parasitárias dos pés, no tratamento da água para torná-la potável e como antídoto em casos de envenenamento por fósforo. Na África, muitos o utilizam para desinfetar vegetais com a finalidade de neutralizar qualquer bactéria presente. Soluções diluídas (0,25%) são utilizadas como enxaguantes bucais e, na concentração de 1 %, como desinfetante para as mãos. Disponível em <http://www.jornallivre.com.br/67349/o-que-e-permanganato-de-potassio.html>. acesso em 06/12/2012.

Queixas relacionadas ao trabalho da pesca - Muitas das mulheres reclamam de “dores nos ossos”, “problema oftalmológicos (catarata, nevoa nos olhos, visão ressecada)”, “problemas de pele (câncer de pele)”, “hipertensão”, “hérnia”, “diabetes e tendinite”. Para se protegerem do sol e mosquitos algumas recorrem ao uso de “lama do manguezal”, “óleo de comida”, “querosene”, “utilizam blusas de mangas compridas e chapéu”. Em relação as coceira utilizam “sabão amarelo”, “água sanitária”, e “banho de assento com a casca da aroeira”. Durante a menstruação, elas relataram que muitas têm hemorragia;

As doenças do trabalho das pescadoras são ouvidas pelos médicos? Elas informaram que são raros os médicos que passam exame. Também denunciam que faltam agentes de saúde para facilitar o atendimento quando chegam ao posto. Por fim, consideram a carga de trabalho dos médicos excessiva ao atenderem vinte (20) pessoas por dia. Consideram-se discriminadas pela aparência “quando somos atendidas, o médico pergunta qual a nossa profissão e ao respondermos que somos pescadoras, eles não acreditam”. Diante deste fato, algumas são excluídas dos direitos previdenciários;

Alguém se afastou do trabalho e como fez para realizar o tratamento? Elas explicam que nunca se afastam, geralmente tomam remédios caseiros, reclamam da falta de medicamentos nas farmácias dos postos de saúde e, muitas vezes não tem dinheiro para comprar. Preferem utilizar: cidreira (calmante); hortelã miúda (verminose, digestivo); hortelã graúda (tosse, cabelo); babosa (cicatrizante); aroeira, casca de aroeira, caju roxo, quixaba, urtiga branca (cicatrizante)⁴⁴; manjerição com água gelada (para inflamação nos olhos); olho de pitanga ou goiaba (para diarreia). Nos casos de cortes profundos, dependem da ajuda de familiares e, nos relatos de algumas mulheres com doenças graves (como tumores) que sentem muitas dores, não podem se afastar, continuam trabalhando, porque segundo elas é o único sustento que possuem.

Já procurou em algum momento benefícios da Previdência Social, por exemplo, auxílio doença, auxílio acidentário, auxílio maternidade, aposentadoria? Segundo elas, o auxílio

⁴⁴ Elas informaram que cozinham tudo junto e usam para inflamações, coceira vaginal e cortes.

doença é sempre negado⁴⁵, consideram que se trata de descaso com as pessoas. Algumas já conseguiram auxílio maternidade.

Um acidente foi relatado sobre uma pescadora da Colônia Z-10 (Itapissuma), que aos 14 anos de idade perdeu visão em um dos olhos em decorrência de um galho do manguezal.

Sentiu dor em decorrência do trabalho? No geral foram citados dores no corpo, fadiga, cansaço mental e físico, vertigem devido ao esforço realizado durante a atividade de trabalho na pesca. Muitas vezes agravado durante a gestação, apesar de realizarem o pré-natal, afirmaram necessitar trabalhar até os 6 (seis), 7 (sete) meses ou dependendo da gestação até mais, pois muitas dependem unicamente desta fonte de renda.

Constata-se a violência simbólica nas respostas destas mulheres, invisibilizadas pelo poder público, em sua situação de vulnerabilidade no trabalho da pesca. Esta violência perpassa questões que envolvem diversas instituições públicas que ignoram os problemas de saúde.

Na última reunião referente ao diagnóstico da alimentação. A estratégia de motivação para este debate consistiu em assistir ao curta-metragem “Vida Maria”⁴⁶, ao término da apresentação perguntamos para as mulheres: O que observaram na vida da personagem do filme semelhante à vida delas? As respostas foram unânimes, relacionando a questão de educação, trabalho e afazeres domésticos, pois muitas ficaram impossibilitadas de estudar porque necessitaram acompanhar a mãe à maré, reproduzindo o papel social atribuído a mulher.

4.3 DIAGNÓSTICO DA ALIMENTAÇÃO

Neste diagnóstico iniciamos as atividades com questões que abordavam a divisão sexual do trabalho, como: **Quem cozinha em casa?** Somente uma mulher falou que seu marido cozinha em casa, as demais são elas; **Quem ensina a fazer a comida?** Geralmente

⁴⁵ Uma pescadora de Itapissuma que precisou do auxílio/ benefício, junto à Colônia (Z-10), não pode ser contemplada, porque havia problemas com sua documentação: consta no INSS que seu nome está registrado, como trabalhadora de uma empresa da área da construção civil (Construtora), no bairro de Ibirapuera, São Paulo.

⁴⁶ Este curta-metragem foi premiado no "3º. Prêmio Ceará de Cinema e Vídeo", realizado pelo Governo do Estado do Ceará. Produzido em computação gráfica 3D e finalizado em 35mm, o curta-metragem mostra personagens e cenários modelados com texturas e cores pesquisadas e capturadas no Sertão Cearense, no Nordeste do Brasil, criando uma atmosfera realista e humanizada, na qual uma menina necessita largar os estudos para trabalhar.

são as mulheres; **Quem aprende a fazer a comida?** Filhos, sobrinhos, maridos quando querem.

Com isto levantávamos questões atribuídas ao dia a dia da mulher pescadora, para constatar sobre essa função responsável pelo preparo da comida que foram passadas por gerações as mulheres, independente de qualquer cultura proveniente.

Outro conjunto de dados se refere aos hábitos alimentares, neste caso indagamos: **Quais os alimentos utilizados na infância?** Elas narraram que na sua infância os principais alimentos ingeridos eram: papa com leite de vaca e farinha da terra, papa e gemada, frutas, pães, farinha de coco, farofa com peixe assado na brasa, bejú, ensopado de siri, farofa, manga verde com sal, tripa de galinha, carrapicho, tanajura, guaiamu, caranguejo, moréa, isca de peixe.

Na questão referente a **quem compra a comida?** Elas responderam que eram elas; **O que você come no dia a dia?** Os principais alimentos citados foram: Feijão adubado, arroz, macarrão, moqueca de sururu e marisco, galinha, peixe, leite e soja; **O que se deve comer?** Peixe, leite, verdura, legumes, soja, frutas, queijos, feijão, arroz, cuscuz, suco da fruta, fígado por causa do ferro, bife grelhado, inhame, chá, água de coco e manjuba; **E o que não se deve?** Enlatados, hambúrguer, batata-doce, refrigerante, batata-frita, sal, carne vermelha, frituras, maionese, pão, mortadela, carne de porco, pizza, X-tudo (sanduíche), salsichão.

Outras questões versaram sobre o gosto e a comida de dias de festa: **Qual é o prato que sua família gosta mais?** De acordo com a suas narrativas falaram que: peixe escabeche, peixe de coco, pirão de peixe, feijoada, macarronada, caldeirada, carne de porco na brasa, lasanha, polvo, camarão, stroganofe, salada de frutas, lula, panqueca, guaiamum, lambari, feijão tropeiro e mocotó; **Qual é a comida de fim de semana (domingo)?** Carne de porco, feijão preto adubado, macarrão parafuso, fava recheada com calabresa e charque, pizza, galetto, arrumadinho, feijão tropeiro, doce de leite, banana caramelada e sorvete; **Qual o melhor prato para dias de festas? (aniversários casamentos.):** arroz de polvo, feijoada, arrumadinho, galinha cabidela, camarão ao alho e óleo, ova de peixe, pirão de siri, pastel, empada, canudinho, bolo, empadão, beijinho, pizza, galinha e churrasco.



Figura11: Grupo focal com o tema alimentação, mediado por Claudia e Solange.

Os relatos expressam que os hábitos alimentares das pescadoras das duas comunidades envolvidas na pesquisa, envolvem as relações entre sociedade e cultura, especialmente no que tange as relações de gênero, classe social e a própria atividade laboral, fazendo com que alimentos como o peixe e demais crustáceos esteja incluídos na maioria das suas refeições. Por isso, o consumo habitual do pescado nas famílias de pescadores/as, rompe com o percentual médio de consumo do produto da população brasileira que se situa por volta de 9kg/habitante/ano, enquanto que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde é de 12kg/habitante/ano. Brasil (2012).

5. CAPÍTULO IV - TROCAS, EXPERIÊNCIAS E ENTRELAÇAMENTOS DE SABERES SOBRE TRABALHO, SAÚDE E ALIMENTAÇÃO.

Este capítulo analisa os dados coletados na investigação empírica, durante um evento de três dias, com a participação de 16 pescadoras e uma equipe interdisciplinar e interinstitucional.

A análise aqui sistematizada a partir dos discursos registrados possibilita estabelecer o diálogo entre os dados coletados e o referencial teórico. Desta forma a partir das categorias transversalidade de gênero, políticas públicas e desenvolvimento local se analisaram as narrativas das pescadoras sobre as temáticas: trabalho, saúde e alimentação.

Buscou-se identificar acessos e entraves das pescadoras às políticas públicas que envolvem a cadeia produtiva da pesca artesanal.

Os dados das 08 pescadoras de Brasília Teimosa que contribuíram na pesquisa são: idade entre 25 e 56 anos; 02 cursaram o Ensino Médio completo, 03 cursavam Ensino de Jovens e Adultos, 02 não são alfabetizadas e 01 possui Ensino Fundamental I. Todas são mães, com filhos em idade entre 02 e 27 anos, predomina entre as que possuem até 35 anos, o máximo de 04 filhos/as, das 08 pescadoras apenas uma com 47 anos possui 09 filhos e outra com 56 anos teve 05 filhos. Iniciaram a atividade de pescadoras na infância, entre 04 e 10 anos, apenas uma começou a pescar com 30 anos.

Quanto a 08 pescadoras de Itapissuma os dados que as identificam são: idade entre 37 e 54 anos; todas são alfabetizadas, duas cursaram o Ensino Fundamental I e duas o Ensino Médio. Sete pescadoras são mães, a quantidade varia entre no mínimo 02 e no máximo 04 filhos/as, em idade entre 07 e 30 anos. Iniciaram a atividade de pescadoras na infância entre 07 e 10 anos.

Importante informar que o interesse e comprometimento das pescadoras durante os três dias de evento se devem ao formato utilizado nas reuniões que contribuíram a partir de seus relatos, na avaliação de políticas públicas numa perspectiva de gênero. Um terceiro fator, que consideramos determinante nesta interação das pescadoras nas reuniões consiste na presença de uma representante do MPA e outra da SPM, o que legitimou a proposta de um diálogo interministerial sobre as políticas públicas com transversalidade de gênero numa perspectiva de desenvolvimento local para a pesca artesanal.

Também contamos com a presença de Joana Mousinho, que representa uma liderança dentro do movimento de mulheres pescadoras, desde a década de 1980, ao ser eleita a primeira presidente de Colônia de Pescadores em Itapissuma/Pernambuco e no Brasil, sua contribuição foi imprescindível no processo de interação, participação e comprometimento destas pescadoras em todas as reuniões dos grupos focais.

Outra liderança presente ao evento foi a pescadora 2 da Colônia Z-01 de Brasília Teimosa, localidade onde não existe representação de mulheres no conselho gestor da entidade de classe. Natércia participou do curso Políticas Públicas para as Mulheres Rurais, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em módulos que foram operacionalizados em Salvador, Maceió e Brasília, numa capacitação iniciada em 2009.

A experiência já consolidada destas duas pescadoras em debates sobre mulheres, pesca e meio ambiente, possivelmente contribuiu na configuração de expectativas positivas do grupo em relação ao evento, o que contribuiu na realização do diagnóstico, com ampla participação e desenvoltura.

As outras 14 pescadoras representam um grupo heterogêneo em relação a experiências de participação nos grupos focais, e em eventos com este formato e duração⁴⁷. Entre as suas expectativas informadas no início do evento tem-se: “eu quero mais aprender sobre o mar, a posição e a pesca” (pescadora 3); “as expectativas que tenho deste evento é adquirir experiência, passar a experiência (para outras), porque neste evento é que aprendemos” (pescadora 1);” eu vim aqui para aprender o que vocês vão dizer para podermos chegar em Itapissuma e depois transmitir o que eu aprendi aqui.” (pescadora 13); “vim aqui para aprender mais sobre a pesca, conhecer as outras pessoas, como eu e nas mesmas situações” (pescadora 15); “é a primeira vez que eu vim, quero conhecer um pouco da pesca daqui, que eu não conheço, eu sei o que eu faço, é a primeira vez que eu participo, eu queria conhecer o encontro, para que se eu gostar, voltar mais vezes” (pescadora 14).

Neste contexto de expectativas e trocas de saberes a pescadora 11 compartilha com o grupo questões que ela considera relevante, assim ela indaga e responde ao mesmo tempo: “Para que serve o Registro Geral da Pesca (RGP)? Para ela esta é a grande dúvida dos pescadores/ras que não conhecem seus direitos e deveres sobre o RGP, principalmente as pescadoras. Ela ressalta que muitas mulheres associam esta política pública ao pagamento de

⁴⁷ Algumas pescadoras, nunca tinham passado muitos dias fora de casa, uma participante de Brasília Teimosa não pode participar até o último dia do evento, devido o marido e o filho.

taxa mensal à Colônia de pescadores/as. Assim, em suas próprias palavras, “só pensam que é para pagar mensalidade”.

Sobre a inserção das mulheres nas Colônias de pescadores/as, as trabalhadoras associadas à Colônia Z-1, foram unânimes em demonstrar seu descontentamento pela forma como são atendidas pelos dirigentes desta instituição. Diante deste relato, a pescadora 11 sugeriu a necessidade e urgência de uma qualificação para o cargo de Presidente de Colônia.

5.1 TRABALHO

No que se refere ao trabalho das mulheres pescadoras, a coleta de dados sobre as relações de trabalho envolveu duas reuniões para sistematizar os resultados, uma sobre a rotina diária e outra sobre as atividades da pesca, comercialização e remuneração.

Ao analisarmos suas respostas no que diz respeito à rotina diária, são evidenciadas algumas lacunas no que se refere à transversalidade de gênero nas políticas públicas relacionada à cadeia produtiva da pesca, entre elas:

1. As várias jornadas de trabalho que envolve as atividades da pesca ou coleta, o beneficiamento e o cuidado com a família, levando-se em consideração a variação do horário das marés, o que torna a conjugação e sobreposição de atividades ainda mais complexa;
2. Faltam creches para crianças pequenas, desta forma uma estratégia é realizar rodízio de quem cuida das crianças ou o que é mais comum, muito cedo elas acompanham as mães nesta atividade, a exemplo da pescadora 7 da Colônia Z-01, que afirmou ter iniciado suas atividades aos 4 anos ao acompanhar sua mãe. Estudar consiste em outra limitação, relacionada à ausência de creches;
3. A desigualdade na divisão sexual do trabalho nesta cadeia produtiva, considerando que muitas vezes, as pescadoras, não são legalizadas na Colônia, não possuem RGP, apesar de sua inserção nas atividades que consistem em cuidar do barco, processar o pescado que o companheiro e/ou filhos trazem de suas jornadas de trabalho;
4. A falta de legitimidade das pescadoras em algumas Colônias de Pescadores/as, situação evidenciada nos relatos do processo de luta da Colônia Z-10, instituição que garantiu o espaço das pescadoras em todas as instâncias de poder da entidade de classe. Por outro lado na

Colônia Z-01, ainda é denunciado vários mecanismos de exclusão das mulheres nas atividades que envolvem acesso a poder e decisão.

Em relação aos aspectos acima mencionados, eles estão contemplados nos relatos das pescadoras das duas comunidades. A pescadora 11 ainda destaca que “tem presidente que acha que foi eleito, para querer manipular, a gente tem que abrir a boca, lá Itapissuma, na primeira gestão ele (presidente) foi bonzinho⁴⁸, na segunda, já queria fazer o que quisesse”. Por isso ela diz que “cismou” em ser presidente, e que “agora (na Z-10) não tem mais isso não, trata bem homem, trata bem mulher”.

A pescadora 11 também informa que as mulheres se interessam e participam muito mais nas reuniões do que os homens e que às vezes, “elas pagam a contribuição da Colônia e as taxas da Previdência Social (INSS) dela e do marido”, a fim de garantir o benefício em caso de aposentar-se ou na morte do companheiro.

Ela foi enfática ao comentar que “se você for numa reunião na Colônia, você vê trinta mulheres, e dois homens. Ana Luíza argumentou será que “esse é o caso da Colônia Z-10, na qual é gerida por mulheres, será por isso que as mulheres talvez se sintam mais a vontade” e, perguntou: no caso de vocês (Colônia Z-1), como é?” A pescadora 2 respondeu “eles são muito machistas, tudo deles é só eles”.

Neste diálogo a pescadora 11 comenta sobre uma campanha para presidente de Colônia, a qual irá apoiar e prestigiar uma mulher⁴⁹, e aproveita o momento para compartilhar uma forma de resistência a desigualdade de gênero: “eu tenho um conselho a dar a vocês, vocês aos poucos, vão se sentando, discutindo, se organizando, sem eles saberem, por debaixo dos panos até que vocês formam a chapa de vocês”.

Estratégia utilizada na eleição de Enilde Lima, atual presidente da Colônia Z-09 - São José da Coroa Grande, desde 2010 quando recebeu o apoio do movimento social Articulação das Mulheres Pescadoras durante a campanha e no período de transição.

A partir desta estratégia de luta utilizada pelas pescadoras para obter espaços de poder e decisão dentro das Colônias de Pescadores/as, elas estão desafiando a falta de

⁴⁸ A pescadora 11 se refere ao presidente que estava na gestão da Colônia z-10 anterior a ela.

⁴⁹ Referindo-se ao apoio que o movimento social Articulação das Mulheres Pescadoras deu à eleição de Enilde Lima, atual presidente da Colônia Z-09 - São José da Coroa Grande. Possivelmente foi o que aconteceu na eleição da Colônia, Z-04 de Tamandaré, em 2010 e na eleição da Colônia Z-07 de Rio Formoso, em 2012.

transversalidade de gênero na organização e gestão destas Colônias em Pernambuco. Assim, num processo de empoderamento, elas se apoiam na construção social de novas competências (políticas, institucionais e administrativas) e asseguram uma governabilidade mais democrática e inclusiva para as pescadoras. Caso esta transversalidade de gênero fosse realizada por Políticas Públicas a partir do MPA, este processo seria mais rápido e talvez com menos conflito, considerando a legitimidade de um discurso oficial de inclusão das mulheres em todas as instâncias da cadeia produtiva da pesca artesanal.

No relato da pescadora 2, fica explicitada sua compreensão de política pública do MPA, ao enfatizar que propôs em Brasília-DF, um curso de beneficiamento na Colônia Z-01, para as mulheres pescadoras.

As estratégias lideradas pela pescadora 11 e a proposta da pescadora 2 dialogam com o conceito de transversalidade de gênero defendida por Stiegler (2003 apud, TORREÃO 2006, p.62), quando identifica que para haver transversalidade é imprescindível a participação de homens e mulheres em todo o processo de decisão.

Ao compararmos as narrativas das pescadoras com o conteúdo apresentado por Sérgio Mattos sobre a missão do Ministério da Pesca e Aquicultura, que envolve: sustentabilidade social, ambiental e econômica; transparência da gestão pública; garantia dos direitos; equidade e participação social; reconhecimento das culturas locais; respeito às diversidades regionais; desenvolvimento e crescimento com foco na produção, constatamos que no que concerne ao acesso à informação e aos direitos sociais, incluindo o seguro defeso e a piracema, elas são unânimes em reivindicar acessibilidade a esses direitos.

Os discursos recorrentes em todos os documentos do MPA defendem sua missão de promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca, articular atores sociais, consolidar uma política de Estado com inclusão social e contribuir para a segurança alimentar. No entanto, isso não aparece de forma afirmativa nos relatos das mulheres, pelo contrário, elas ficam muito orgulhosas quando alguma pescadora aparece no material de divulgação do Ministério, considerando que a cultura prevalecente no MPA se expressa numa representação social focada na figura do homem pescador. O que se constata no material analisado é que praticamente não se introduz a imagem da mulher pescadora e, com isso não contribui na

visibilidade e na articulação de todos os atores sociais envolvidos na cadeia produtiva da pesca artesanal⁵⁰.

No entanto, apesar do discurso inclusivo, o que se verifica no dia a dia das pescadoras é a falta de reconhecimento do seu lugar de profissional da pesca dentro das Colônias de Pescadores e na sociedade em geral, esse não reconhecimento gera preconceito e discriminação, o que não favorece o desenvolvimento local nas duas comunidades, no que se refere à pesca artesanal. Considerando que para haver desenvolvimento local é necessário, segundo Franco (1998, p.7) “descobrir ou despertar vocações locais e desenvolver potencialidades específicas”, o que pressupõe a participação de toda a comunidade, independente de gênero e geração.

Neste tocante, o desenvolvimento local não se concentra apenas no aspecto econômico, ele depende também de fatores ligados aos valores, à informação e ao empoderamento. Conforme afirma Jará (1998, p.71-72).

No entanto, as tentativas de consolidação de uma política de Estado com inclusão social, esbarram na burocracia e num formato comunicacional, geralmente pautado na formação técnica e não focado na educação e cultura dos pescadores e pescadoras de Pernambuco e também das outras regiões por nós estudadas.

5.2 SAÚDE *VERSUS* DOENÇAS OCUPACIONAL

Ao debatermos as questões relacionadas à saúde, sabemos que ainda há muito por fazer para conhecer melhor e prevenir as doenças e os acidentes relacionados ao trabalho das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal e, promover a saúde da população direta e indiretamente envolvida nesta atividade laboral. A saúde *versus* doença consiste num tema recorrente em todas as reuniões realizadas com elas durante as diversas pesquisas e atividades de extensão desenvolvidas com estas mulheres. Por isso, saúde consistiu num dos recortes metodológicos no diagnóstico sobre transversalidade de gênero, políticas públicas e desenvolvimento local.

⁵⁰ Na publicação da cartilha “Programas e Ações Ministério da Pesca e Aquicultura”, constatamos que na capa aparece a silhueta de um pescador, homem. No mesmo documento, na página 09 há uma fotografia de uma pescadora na ação de capacitação, na página 11 no item beneficiamento há uma cena com 05 homens e 01 mulher numa cozinha industrial. Desta forma não existe nenhuma mulher atuando diretamente na pesca, coleta e aquicultura. No mesmo documento existe a divulgação de 10 homens em diferentes atividades: pesquisador, motorista, pescador, aquicultor e no beneficiamento do pescado.

A Organização Mundial da Saúde considera saúde ocupacional a promoção de condições laborais que garantam qualidade de vida no trabalho, que protejam a saúde dos trabalhadores/as de enfermidades advindas da atividade, a prevenção e controle de acidentes e doenças por meio de redução das condições de risco, além de bem-estar físico, mental e social.

No entanto, se analisarmos a condição destas mulheres pescadoras em relação à saúde, conforme os princípios estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, veremos que não lhes é garantida qualidade de vida laboral. Pelo contrário, além de terem um trabalho precário e insalubre as mulheres pescadoras também são submetidas às piores formas de tratamento ao procurarem auxílio médico ou até mesmo um posto de saúde para atendimento.

São muitos os relatos das pescadoras que denunciam suas condições de riscos e acidentes de trabalho, além de mal-estar provocado pelas condições em que são realizadas as atividades das mulheres na pesca artesanal.

Os dados referentes à saúde das pescadoras foram coletados, no dia 31 de julho de 2010, com a participação de 15 pescadoras⁵¹ e uma equipe interdisciplinar e interinstitucional. Importante ressaltar que a faixa etária das pescadoras participantes evidenciou alguns problemas relacionados aos anos de atividades na pesca artesanal, sem uma política pública direcionada a saúde ocupacional destas mulheres.

A partir de algumas questões norteadoras, relacionadas à saúde ocupacional, por exemplo: se as doenças do trabalho das pescadoras são ouvidas pelos médicos; se alguém se afastou do trabalho para realizar algum tratamento saúde; em caso de respostas positivas, como foi operacionalizado o tratamento; se procurou em algum momento a previdência social acessar os benefícios - aposentadoria por invalidez; aposentadoria por idade; aposentadoria por tempo de contribuição; auxílio-doença; salário-maternidade; auxílio-acidente; pensão por morte.

Com este debate buscamos visibilizar suas reivindicações sobre as questões de saúde ocupacional, que para muitas são problemas difíceis de solucionar, pois não existe uma proposta governamental direcionada para as mulheres pescadoras em relação aos problemas de saúde por elas relatados.

⁵¹ A pescadora teve que ir dormir em casa e não regressou para os outros dois dias do evento.

A nossa proposta foi a partir do diálogo conhecer as questões que envolvem trabalho e saúde das mulheres que atuam nas atividades da cadeia produtiva da pesca artesanal.

No que se refere aos relatos sobre as dificuldades relacionadas à saúde, tem-se: os esforços realizados durante o processo da pesca, de transporte do barco até suas casas e o beneficiamento; à exposição ao sol, ao sal, a ventos, a umidade, os problemas de pele e ginecológicos causados muitas vezes pela poluição nos mangues e marés.

Quanto ao acesso aos benefícios previdenciários, as narrativas apontam as seguintes lacunas:

1. Compreensão dos médicos sobre as possíveis doenças ocupacionais que incluem o manuseio excessivo de cargas, os esforços repetitivos, as agressões provocadas por fatores geográficos e climáticos, e muitas vezes contaminação nos mangues e marés.
2. Acesso às informações sobre as especificidades dos benefícios concedidos ao/a segurado/a especial, com aposentadoria após 15 anos de contribuições, direito adquirido por se tratar de atividades de riscos e com associação de agentes prejudiciais à saúde;
3. A cultura burocrática, fundamentada em exigências de documentações e a cultura dos povos tradicionais, cuja base consiste especialmente na transmissão oral.

Estas lacunas são evidenciadas no relato da pescadora 11, ao trazer ao debate uma questão relacionada ao acesso aos direitos previdenciários. Ela chamou a atenção para a falta de registros de acidentes de trabalho, entre os/as pescadores/as de Itapissuma, ao informar que a Colônia Z – 10, até julho de 2010, só havia encaminhado solicitações de benefícios de “auxílio doença” e nenhuma por acidente de trabalho.

Sobre o acesso aos direitos previdenciários ficam comprometidos, porque em caso de acidente de trabalho / doença profissional, a aprovação do benefício não depende de “carência”, mas no caso da solicitação “auxílio doença”, qualquer enfermidade, deverá depender de “carência”.

A explicação da pescadora 11, sobre a inexistência de solicitações relacionadas a acidentes de trabalho se deve a dificuldades em acessar e cumprir os prazos exigidos na Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT⁵².

No que concerne as respostas relacionadas ao período de gravidez, elas relataram que continuam trabalhando até os 6 (seis) 7 (sete) meses ou dependendo da gestação até mais, porque segundo elas, “não podem se dar ao luxo de parar de trabalhar na pesca, pois precisam sobreviver”. Sobre o tema relacionado à gestação é conhecido que aumento o esforço realizado no trabalho da pesca pode colocar em risco o feto, além de agravar as varizes, por isso em alguns casos há necessidade de afastamento da atividade de mariscagem. Novamente a acessibilidade ao benefício é dificultada pelas lacunas aqui evidenciadas.

A pescadora 11 também explica que alguns associados conseguem ir diretamente para o médico e trazem o laudo para a Colônia dar entrada no benefício, “tem muitos que vão primeiro na Colônia atrás de informação”.

Outra narrativa, na qual ela expressa à defasagem entre os direitos previdenciários e a acessibilidades das pescadoras aos benefícios do INSS, informa que “eu já vi marisqueira, pescador mesmo, se operar dos olhos, devido a problema de visão da maré e pedir uma declaração do médico para pedir benefício, e o médico dizer que não dá”, “porque isso não precisava não, que são só poucos dias”, e nunca deu, e a pessoa nunca recebeu (esses dias que não pode trabalhar).

Sobre o tema da defasagem de comunicação entre previdência social, médicos e pescadoras/es, a pescadora 10 expressa que “nesse caso, o que eu desejava como pescadora era um médico, um médico certo da Colônia, em todas as Colônias, isso é necessário. Um médico especializado, para que não precisasse ir as pressas pegar uma ficha tarde da noite no hospital, pra gente ter aquele médico ali certo, podia ser um dia na semana. Um dia é clínico,

⁵²O CAT foi previsto inicialmente na Lei nº 5.316/67, com todas as alterações ocorridas posteriormente até a Lei nº 9.032/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.172/97. A Lei nº 8.213/91 determina no seu artigo 22 que todo acidente do trabalho ou doença profissional deverá ser comunicado pela empresa ao INSS, sob pena de multa em caso de omissão. No caso do pescador/marisqueira – não é empregado e sim autônomo - a CAT pode ser emitida pela Colônia de Pesca, pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST ou pelo próprio familiar)

oculista. Que tivesse um espaço na Colônia pro médico, somente para pescadora e marisqueira”.

As narrativas das mulheres das duas comunidades vêm contribuir no processo de sistematização de dados e também possibilitou detectar lacunas nas políticas públicas direcionadas ao setor da saúde ocupacional das pescadoras. Os resultados dialogam a partir da perspectiva desenvolvida por Bandeira (2005), com a falta de transversalidade de gênero nas políticas públicas, porque caso houvesse o recorte de gênero, haveria o diálogo entre os diversos setores governamentais, neste caso, Ministério do Trabalho, Previdência Social e Ministério da Pesca e Aquicultura.

O que se constatou nos discursos das mulheres pescadoras é que não há por parte do MPA, a prevenção no que se refere à periculosidade em saúde e segurança do trabalho considerando o risco imediato, oriundo de atividades da pesca artesanal, assim configura-se uma lacuna na promoção da saúde ocupacional para trabalhadores e trabalhadoras desta cadeia produtiva.

Identifica-se que há carência de políticas públicas, planos e programas de saúde pública com ações voltadas para evitar que as pessoas se exponham a fatores condicionantes e determinantes de doenças. A partir das suas narrativas, também não se identificam políticas públicas de medicina preventiva, que consistem na atenção primária ou ações que reconheçam e minimize precocemente os danos e controlem suas consequências.

As pescadoras apresentam algumas percepções de riscos, sobre as condições de trabalho e tentam muitas vezes minimiza-los, evitar o sol com o uso de chapéus e proteger contra cortes em pernas e pés com retalhos de calça jeans, muitas já foram acidentadas com cortes provocados pelo peixe aniquim, que segundo elas provoca uma dor forte e duradoura. No entanto, no que concerne a maioria das prevenções, elas não possuem recursos econômicos para isso, como por exemplo: equipamentos para proteção de pés, mãos, pele e olhos.

Diante do exposto, ressaltamos que não podemos deixar de considerar também que a saúde é um fator fundamental, no exercício da atividade laboral, na produção e reprodução social e conseqüentemente este tema está inserido no debate sobre os pressupostos do desenvolvimento local. Assim, nas narrativas das mulheres das duas comunidades, a não identificação de políticas públicas voltadas à saúde condiciona a dificuldade no trabalho o que compromete a geração de renda.

5.3- GÊNERO E ALIMENTAÇÃO

A sociologia e antropologia têm desenvolvidos pesquisas que relacionam à alimentação a identidade; gênero e família; ao capital econômico e cultural e a memória, entre outros aspectos das sociedades e comunidades tradicionais.

A temática alimentação pode gerar muitas indagações que nos levam a refletir sobre diversas questões relacionadas à cultura numa perspectiva simbólica e biológica, considerando que se constitui numa necessidade vital, mas também está relacionada ao prazer.

Nesta pesquisa, a importância do tema alimentação, também está relacionada à condição da pesca artesanal por ser uma atividade laboral onde existe a pesca ou a coleta de peixes e frutos do mar. Sendo muitas vezes esses os alimentos de subsistência das famílias das comunidades pesqueiras.

O tema da alimentação é contemplado no diálogo de Proença (2010), ao falar que a alimentação é essencial e fundamental nas atividades atribuídas ao indivíduo.

As questões realizadas nestas atividades buscaram identificar elementos de identidade do grupo com este e outros itens alimentares; a relação entre gênero e família na elaboração do cardápio alimentar na vida cotidiana; como tem se realizado a manutenção da memória cultural relacionada à alimentação das pescadoras destas duas comunidades.

O diagnóstico sobre o tema alimentação das mulheres pescadoras foram realizados no fim da tarde do dia 31/07/2010. Consistiu na última fase das nossas atividades e, a coleta de dados envolveu três conjuntos de informações: 1) os hábitos alimentares; 2) o processo de cozinhar; 3) questionário de frequência de consumo alimentar e recordatório das últimas 24 horas anteriores ao evento.

Na elaboração das perguntas se levou em consideração a faixa etária das mulheres entre 25 e 56 anos, por representar diferentes gerações e possivelmente diferentes condutas em relação aos hábitos alimentares.

O conjunto das respostas aponta para a seguinte sistematização:

1. Os hábitos alimentares, condicionados por um perfil de baixa renda advinda da atividade da pesca artesanal nas duas comunidades pesquisadas, evidenciaram algumas restrições alimentares na infância e a predominância de outros

nutrientes, por exemplo, a proteína presente nos peixes e frutos do mar e a farinha de mandioca utilizada, às vezes nas três refeições do dia;

2. O processo de cozinhar evidência as relações de gênero na produção da alimentação, todas afirmaram serem as mulheres responsáveis pelo preparo do alimento, elas detêm o saber cozinhar, conhecimento geralmente transmitido no dia a dia de mães a filhas e netas. As mulheres também se constituem na maioria que realiza o beneficiamento do pescado ou marisco a ser comercializado;

3. O questionário de frequência de consumo alimentar e recordatório das últimas 24 horas anteriores ao evento indicaram os seguintes tipos de alimentos ingerindo no seu dia a dia, (feijão, arroz, macarrão, peixe, galinha, marisco, leite e soja).

Os hábitos alimentares apresentam a ausência de verduras, frutas e legumes que não são utilizados com frequência, apesar de conhecerem a importância de sua ingestão. Talvez por não ingerir estes alimentos na infância, não tenham a preocupação de inseri-los nos seus hábitos alimentares na vida adulta. Restrições e predominâncias de alguns alimentos podem ocasionar desequilíbrio no consumo dos diversos componentes da pirâmide alimentar, o que pode interferir na saúde e no trabalho.

O leite, alimento importante especialmente para gestantes, crianças, idosos hoje é garantido a algumas mulheres da Colônia Z-10, a partir do Programa do **Leite** que consiste numa das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, cujo objetivo “é propiciar o consumo do leite às famílias que se encontra em estado de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção familiar⁵³”.

O Programa Bolsa Família também tem contribuído na complementação alimentar de trabalhadoras da pesca artesanal nas duas comunidades pesquisadas. Sobre o tema alimentação, mulheres e pesca, Assunção, Leitão e Inácio (2012, p. 342) ao se referirem à pesquisa “Relações de Gênero e Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Diagnóstico e avaliação na pesca artesanal do litoral de Pernambuco⁵⁴”, afirmam que “este programa apresenta uma relação direta com o cotidiano das pescadoras podendo ter efeito no desenvolvimento das atividades produtivas, na geração de renda e nas práticas alimentares das famílias da pesca artesanal”.

⁵³<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/paa-leite/beneficiario/programa-do-leite>

⁵⁴ Pesquisa financiada pelo CNPq e MDS, realizada durante o ano de 2011, pelo Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade.

Sobre os papéis sociais que envolvem a divisão de tarefas na alimentação Assunção, Leitão e Inácio (2012, p.342), cita entre os estudos pioneiros sobre o tema Zaluar (1982), no qual se constata a relação de gênero e o que socialmente se espera dos homens e das mulheres, a eles se espera que cumpra a obrigação de provedor “colocar comida na mesa”, e a elas a de comprar, preparar e economizar, ou seja, “colocar comida na mesa”.

As respostas das pescadoras confirmam os papéis de gênero apontado por Zaluar (1982), ao ser evidenciado que as mulheres também assumem a responsabilidade pela compra dos alimentos, o que concentra ainda mais o papel delas na transmissão dos hábitos alimentares, se constituindo em sujeitos sociais importantes na transmissão cultural destes costumes, que inclui a manutenção ou modificação das tradições no saber cozinhar nestas comunidades. Nas duas comunidades pesquisadas é evidente uma divisão nas atividades domésticas, na qual raras vezes cabem ao homem da casa aprender a cozinhar, o que naturaliza esta atividade como função específica das mulheres.

Prevalecendo sempre a mulher a condição de sujeito social passivo e ao mesmo tempo a conduzem ao status de detentora do conhecimento doméstico, fazendo com que as mulheres estejam em uma esfera de conduta de reprodução social desse conhecimento para as filhas e assim sucessivamente.

Este aspecto coincide com o que Sorj (2010, p.58) enfatiza sobre as mulheres participarem das atividades domésticas mais do que os homens, não havendo o reconhecimento deste trabalho de reprodução social.

Hirata (2004, p.44) vêm resgatar este pressuposto enfatizando o porquê que o trabalho doméstico ainda continua a ser realizado, no interior da família e do casal, gratuita e sempre “voluntariamente” pelas mulheres?

Percebemos que mesmo aquelas que possuem uma visão política e uma “consciência de gênero” “consentem” em reproduzir essa relação de trabalho. Sobre este tipo de negociação, nos questionamos se este trabalho doméstico na forma em que é realizado se constitui num processo de sociabilização, no qual as trocas, a reciprocidade entre mulheres de diferentes gerações, fazem com que estas mulheres se submetam a essa reprodução? Submissão que muitas vezes dificulta o seu acesso nas relações da esfera pública.

Apesar de reconhecerem essa reprodução, as mulheres dão importância no saber e no poder no que se refere à alimentação dela e da família, mesmo sabendo que este tempo

utilizado na compra e preparo dos alimentos, dificulta ou restringe sua participação nas reuniões das Colônias, Associações e Movimentos Sociais.

Fica ressaltado ainda que as mulheres das duas comunidades indicam alimentos que, na percepção delas, fazem bem ou mal a saúde. No conjunto dos alimentos que devem ser evitados consideram os denominados remosos e também os proibidos a partir das restrições alimentares por motivo de saúde, crenças e mitos.

Elas conhecem as orientações, mas este saber não garante o consumo de uma dieta “saudável”, o que é explicitado na fala da pescadora 7 da Colônia Z-01, “Meu amor... quando eu chego da maré com aquela fome, pode ter a comida que for que eu como, até remoso”. “E ainda acrescenta: “Mas a fome é demais, se não tem outra coisa”... se não tem aquela comida na hora que sabe que faz bem agente come o que tem...”.

6. CONCLUSÃO

No processo de conclusão desta pesquisa, cujo objetivo consiste em analisar a partir das narrativas das mulheres pescadoras das comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma, a transversalidade de gênero nas políticas públicas da cadeia produtiva da pesca artesanal na perspectiva do desenvolvimento local.

Para realizar a pesquisa em Pernambuco a equipe selecionou duas localidades situadas na Região Metropolitana de Recife, uma no litoral Norte – Itapissuma, Colônia Z-10 e a outra, no Litoral Metropolitano do Recife, no bairro de Brasília Teimosa, a Colônia Z-01. Essas escolhas estiveram relacionadas ao número de membros nas duas colônias, que apresentam o maior número de associados, no universo das 33 colônias de pescadores/as de Pernambuco e também o lugar e a posição das mulheres nas duas entidades de classe. E também porque ambas as comunidades e Colônias apresentam contextos históricos diferenciados

Importante ressaltar que as atividades de observação participante nas duas comunidade e os contatos estabelecidos com os sujeitos da pesquisa nas duas Colônias de Pescadores/as, iniciaram no ano 2009 e o evento no qual coletamos os dados que subsidiaram esta análise, que envolveu 16 pescadoras, 8 de cada comunidade ocorreu entre os dias 30 de julho a 01 de agosto de 2010.

Assim, os três dias de coleta de dados, consistem num aprofundamento dos 18 meses de convivência com estas pescadoras em projetos anteriormente realizados nestas duas comunidades, neste período foi possível à elaboração de diários de campo, relatórios, apresentações em congressos e algumas publicações.

Ressaltamos ainda que as mulheres entrevistadas tinham idades entre 25 e 56 anos, estando a maioria na faixa dos 35 a 50 anos. Nos período acima citado, também foi possível encontrar estas pescadoras em eventos do projeto Gente de Maré⁵⁵, na II Conferencia Estadual e Nacional da Pesca Artesanal em Pernambuco e em Brasília/DF. No ano de 2010 foram defendidas 03 dissertações sobre as pescadoras de Itapissuma e uma monografia sobre Brasília Teimosa, o que possibilitou ampliar a pesquisa etnográfica.

⁵⁵ Projeto Gente da Maré, gerido pelo World Fisheries Trust, MPA, IDEMA, LARVI, UFERSA, UFRPE, UFSC, entre outros. O projeto Gente da Maré financiado pelo MPA e pelo governo canadense e tem como objetivo principal diagnosticar condições de vida das marisqueiras de vários estados do nordeste brasileiro.

No entanto, os dados aqui analisados, foram especialmente coletados nas narrativas verbalizadas nas reuniões, num diálogo, entre a equipe de pesquisa e as pescadoras das duas comunidades. Onde versaram sobre a atividade de trabalho, a saúde e a alimentação das pescadoras artesanais.

A metodologia qualitativa, fundamentada no diálogo, interação, cooperação e confiança possibilitaram evidenciar demandas e lacunas na acessibilidade destas pescadoras às políticas públicas relacionadas principalmente a atividade laboral e a saúde ocupacional.

No primeiro momento, foi construído com elas o gráfico referente à rotina diária das pescadoras, a partir de 08 indagações⁵⁶ relacionadas às atividades, por elas, realizadas cotidianamente. Deste diálogo se evidencia que as trabalhadoras da pesca artesanal, assumem múltiplas jornadas de trabalho que incluem praticamente todos os afazeres domésticos, a pesca ou coleta, o beneficiamento de peixes e mariscos que foram extraídos do mar e do mangue por elas e pelos homens da casa (companheiro, irmãos, pais e filhos), cuidam no que se refere à saúde dos familiares, ainda acompanham as crianças nos estudos e as levam a atividade de trabalho quando não estão na escola,

O segundo momento possibilitou conhecer as relações e instrumentos de trabalho⁵⁷, o qual evidenciou a presença do atravessador, o baixo preço na comercialização do produto, as condições precárias de estoque e conservação de um produto perecível. Elas indicaram dificuldades referentes ao desgaste físico de uma jornada tão intensa de trabalho, o que de certa forma criou espaço para a discussão do terceiro tema, a saúde ocupacional, considerando que as pescadoras explicitaram demandas e críticas no que se refere ao acesso à Previdência Social.

Na reunião sobre saúde ocupacional, realizada no segundo dia do evento, foi possível conhecer detalhadamente algumas consequências das extensas jornadas de trabalho,

⁵⁶ Quais atividades você realiza no dia a dia? Onde faz as atividades, como é o trabalho (tarefas)? Qual o tempo utilizado em cada um desses trabalhos? Quem participa dessas atividades junto com você? Quais as medidas para sanar as dificuldades? Nas atividades diárias em qual gasta mais tempo? Quanto tempo realiza a atividade, e o trabalho doméstico? Quem faz o quê em casa e na rua? (homem, mulher, filhos/as)

⁵⁷ Ao perguntar se pescam ou coletam? Quais as espécies? Quem vende ou troca o pescado ou marisco? Quem controla o dinheiro adquirido no trabalho? Qual o acesso à área de pesca/coleta? Se possui os materiais necessários para o trabalho? Como faz para obtê-los? Quais as dificuldades que você enfrenta no trabalho? (apoio familiar, creche, desgaste físico, acesso a mercado, infraestrutura material) e se trabalha/ou durante a gravidez?

considerando que algumas mulheres dormem somente 05 horas diárias para dar conta de todas as tarefas. Neste momento, havíamos pensado em problematizar sobre a morte materna, considerando que é um tema que às vezes consiste numa violação dos direitos humanos das mulheres. No entanto, não aprofundamos o tema devido à extensão dos relatos relacionados a doenças ocupacionais. Inclusive foi relatado um afogamento e foram indicadas demandas e algumas formas de proteção para evitar as doenças do trabalho.

Outro aspecto evidenciado nos relatos se refere ao fato de não serem ouvidas e entendidas pelos médicos, o que consistiu numa das principais reclamações das pescadoras. Outra dificuldade indicada se refere ao afastamento pelo INSS para realizar tratamentos e, também a descrença de muitas mulheres no acesso aos direitos relacionados à: aposentadoria por invalidez, por idade e por tempo de contribuição; auxílio-doença e acidente; salário-maternidade; pensão por morte.

Neste contexto que envolve as políticas públicas do trabalho e da saúde, prevaleceram relatos sobre mulheres que atuam na pesca desde a infância e não conseguem acessar os direitos de aposentadoria especial, no qual se deve provar que exerce a profissão durante 15 anos e, no caso das mulheres possuir no mínimo 55 anos de idade.

Trata-se da mesma legislação⁵⁸ dos/as trabalhadores/as rurais que dispõe de um redutor de 5 anos, ou seja, homens 60 anos e mulheres 55 anos. A legislação também garante a aposentaria compulsória para os homens com 70 anos de idade e para as mulheres com 65 anos de idade. As pescadoras têm muita dificuldade em provar que cumprem estes requisitos por não terem documentação que comprovem os anos de exercício desta profissão.

Muitas vezes o difícil acesso destas pescadoras à Colônia as impossibilita de obter o Registro Geral da Pesca e conseqüentemente não conseguem provar sua identidade profissional.

As pescadoras, também afirmaram haver relação entre algumas doenças e as atividades por elas desenvolvidas, assim indicaram o câncer de pele e a catarata provocada pelo sol, pela falta de proteção adequada; dores na coluna, pernas, braços, mãos e pés resultantes dos esforços físicos; a poluição das águas consiste numa das causas de problemas ginecológicos.

⁵⁸ <http://meusdireitosbr.blogspot.com.br/2011/04/beneficios-da-previdencia-social-inss.html>. Acesso em fevereiro de 2013.

As respostas às perguntas⁵⁹ no último grupo focal só reforçam os dados relacionados à divisão sexual do trabalho, como Sorj (2010, p. 58-59) explica “os homens continuam a investir o seu tempo prioritariamente no trabalho remunerado e um crescente número de mulheres são levadas a acumular trabalho remunerado e trabalho não remunerado”.

Desde 1979 as pescadoras podem ser membros das Colônias de Pescadores/as e acessar a partir desta entidade de classe seus direitos previdenciários, no entanto, este processo de inclusão não se operacionaliza na forma de transversalidade de gênero nas políticas públicas elaboradas pelos Ministérios: da Pesca e Aquicultura – MPA, da Saúde e do Trabalho.

Em síntese, esta deficiência na construção de laços sociais, interfere em alguns pressupostos do desenvolvimento local, que envolve mobilização de pequenos grupos, democratização das decisões, de promoção de justiça social, no caso equidade de gênero, conforme afirmam Tauk Santos e Callou (1995).

Os dados e as reflexões aqui desenvolvidas se propõem a contribuir com a história das mulheres, ao mesmo tempo dar voz a estas pescadoras por meio de seus relatos e consequentemente visibilizar a desigualdade de gênero no mundo do trabalho, neste caso a pesca artesanal.

Vale ressaltar que a pescadora 11 e a pescadora 2, participaram do II Seminário Institucional realizado pelo projeto “Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para Pesca e Aquicultura do MPA”, nos dias 17 e 18 de maio de 2012, ocasião em que participaram do lançamento do livro de Leitão (2012), Pesca e Gênero.

Durante os três dias do evento as pescadoras de Brasília Teimosa e Itapissuma puderam expressar e ratificar, as demandas e as críticas, somadas as outras sete pescadoras oriundas dos outros quatro estados: Pará, Paraíba, Santa Catarina e Ceará.

Esta pesquisa, conjuntamente com o evento acima citado, visibiliza que durante estas três décadas de acesso legal das mulheres nas Colônias de Pescadores/as, constatou-se que não houve projetos, programas e/ou ações de políticas públicas na direção de construir estes laços sociais de gênero no planejamento, realizações e avaliações destas entidades de classe.

⁵⁹ Quem cozinha na sua casa? Quem ensina a fazer a comida? Quem aprende a fazer a comida? Quais os alimentos utilizados infância? Quem compra a comida?

Esta falta de projetos, programas e/ou ações de políticas públicas na direção de construir estes laços sociais de gênero no planejamento, realizações e avaliações destas entidades de classe, é evidenciada nos relatos de alguns homens na pesquisa desenvolvida no município de Itapissuma por Leitão (2010), estudo que registra a fala dos homens pescadores sobre o lugar das mulheres na cadeia produtiva da pesca. A autora evidencia no relato dos dois pescadores, aqui citados, dois posicionamentos, um que se constitui na negação ao trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca e, outro que reconhece a atuação profissional geradora de renda, a partir da sua própria experiência de vida.

1. Abiezer Xavier (48 anos) pescador desde os oito anos, o pai pescava e sua mãe tratava, salgava e vendia⁶⁰, tem duas filhas que nunca pescaram e uma neta de sete (7) anos, explica que não pretende ensina-la pescar porque “Além de ser criança, é menina, não tem condição”; “Pra ir pescar, se precisa de seis a sete homens, e misturar com mulher, dá problemas”; “Pescar é para homem mesmo, é pra quem tem disposição, de se acordar durante a madrugada”.
2. - José Souza (57anos), narra que “nasci os dentes pescando”, informa que seus pais eram pescadores, a mãe ficou viúva com cinco filhos e sustentaram todos eles com o marisco e todos são pescadores.

Nas falas destes dois pescadores se confirmam às atividades enumeradas, os preconceitos denunciados, a inclusão precoce das crianças nas atividades e a presença de mulheres profissionais da pesca artesanal, muito antes de 1979, quando foram aceitas na condição de associadas nas Colônias de Pescadores/as.

Falta transversalidade de gênero nas políticas públicas da pesca artesanal, pois não estão sendo realizadas ações compensatórias no sentido de minimizar as consequências da exclusão das mulheres na pesca artesanal até 30 anos atrás. O que constatamos a partir dos seus relatos é que ainda é limitada a inclusão delas em espaços de poder, decisão e participação nas diversas instancias de elaboração e implantação das diretrizes do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Em relação a programas específicos para mulheres pescadoras, só detectamos o Chapéu de Palha da Pesca Artesanal, realizado pela Secretaria da Mulher do Governo de

⁶⁰ Sua mãe tinha oitenta anos, em 2010.

Pernambuco, posto em prática nos últimos meses de 2012, o seu período de execução foi muito próximo ao fim desta pesquisa para ser aqui avaliado.

Importante ressaltar que a Secretaria de Políticas para Mulheres/DF, tem reconhecido a necessidade de igualdades de oportunidade no trabalho com o *Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça*, cujo objetivo consiste em promover “a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no âmbito das organizações (...), baseado no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça no mundo do trabalho” (BRASIL, SPM, 2011). No entanto, nestes 10 anos de existência desta Instituição, ainda não existe o trabalho sistematizado em esfera nacional sobre as pescadoras, nas ações e nos editais não são nomeadas e estão imersas na categoria mulheres rurais.

Futuras pesquisas podem aprofundar as questões relacionadas a meio ambiente e saúde ocupacional, relações de poder nas Colônias de Pescadores/as e outras consequências oriundas da divisão sexual do trabalho, tanto na extensão rural como no desenvolvimento local, para isso poderão ser ouvidos outros atores sociais.

Dentro desta abordagem, com maior disponibilidade de tempo, poderíamos analisar as respostas das instituições, neste caso o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério do Trabalho e a Previdência Social, sobre os relatos das pescadoras, no que se refere às críticas e demandas ao acesso de seus direitos sociais.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAN, Patrícia R. **Atividade Pesqueira no Brasil: Política e Evolução**. Tese (doutorado) ESALQ/ USP. Piracicaba, SP: USP, p.148,1998.
- ASSUNCAO, V. K.; LEITÃO, M.R.F. A; INÁCIO, P. H. D. **Comer Mais e Melhor: Os Impactos do Programa Bolsa Família na Alimentação de Famílias de Pescadoras Artesanais de Pernambuco**. *Amazônica: Revista de Antropologia* (Impresso), v. 4, p. 336-353, 2012.
- BANDEIRA, Lourdes. **Avançar na Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. CEPAL, SPM, Brasília. Janeiro, p. 03-33, 2005.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do ensino**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. SPM, Brasília,2008
- BRASIL. **3º Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca**. SEAP, Brasília 2009.
- BRASIL. **Pescando Desenvolvimento Sustentável**. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, Brasília, 2009.
- BRASIL. **Previdência Social**. MPS, Brasília, 2010.
- BRASIL. **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça**. SPM, Brasília, 2011
- BRASIL. **Programas e Ações do MPA**. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, Brasília, 2012.
- BRASIL. **Cartilha de Crédito Plano Safra da Pesca e Aquicultura**. MPA, Brasília, 2012/2014.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. SPM, Brasília, 2012.
- BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos**. MDS, Brasília, 2013.
- BRASIL. **Casa Civil Lei Nº. 10.779**. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, Brasília, 2013.
- BRASIL. **Casa Civil Lei Nº. 11.959** MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, Brasília, 2013

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes, SANTOS, M^a.Salett Tauk. **Políticas Públicas e Associativismo Agrícola no Nordeste do Brasil**. uniRcoop-vol 6, p. 33-47 2008.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. **Estratégia de Comunicação para o Desenvolvimento da Pesca Artesanal no Brasil: A Experiência Militar no Século XX**. IN: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. (Org). Extensão Rural & Extensão Pesqueira: Experiências Cruzadas. 1 ed. :, v. 1, p. 81-100 , 2008.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; WANDERLEY, Mariângela. Desigualdade e a questão social. 3 ed.rev. e ampliada. São Paulo: EDUC. p 26, 2010.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, p 22, 1999.

COLETTE, Maria Madalena. Moderação. IN: BROSE, Markus (Org.): **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos** – 2. Ed. – Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 13-20, 2010.

COSTA, Maria Eugenia Belczak. **Grupo Focal**. IN: DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio. (Org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação** – 2. Ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, p. 180-192, 2011.

CLAUZET, M; RAMIRES, M. **Pesca Artesanal e Conhecimento Local de duas Populações Caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) No Litoral de São Paulo, Brasil**. Revista Multi Ciência. A Linguagem da Ciência 4, p. 01-22, 2005.

DANTAS, Vanda Maria C. S. **Nas Marés da Vida: História e Saberes das Mulheres Marisqueiras**. IN: LEITÃO, M.R.F. A; CRUZ, Maria Helena Santana (org). **Gênero e Trabalho: Diversidade de Experiências em Educação e Comunidades Tradicionais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 159-169, 2012.

ESPIRITO SANTO. **Secretaria Estadual da Agricultura e Pesca**. Palhoça/SC, 02 set.2007.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas Públicas**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, janeiro-abril, p. 46-58, 2004.

FURTADO, Gilmar Soares; LEITÃO, M. R. F. A. **Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho**. IN: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana. (Org.). **Gênero e Trabalho: Diversidades de Experiências em Educação e Comunidades Tradicionais**. 1 ed. Florianópolis: Mulheres, v. 1, p. 221-236, 2012.

FRANCO, Augusto. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável Dez Consensos**. Setembro/Novembro, p.7-19, 1998.

_____. **Pobreza e Desenvolvimento Local**. Disponível em:<<http://www.augustodefranco.org/conteudo.php?con=p22> .Acesso em 07 jan.2005.

FRIEDMAN, John. **Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo**.

Oeiras, Celta, 1996.

GASPAR, Lúcia. Brasília Teimosa. **Pesquisa Escolar On-line**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>
Acesso em: 04/09/2012.

GOMES, Sandra Regina. **Grupo focal: Uma Alternativa em Construção na Pesquisa Educacional**. Cadernos de Pós Graduação, São Paulo, v.4, Educação, p. 39-45, 2005.

HIRATA, Helena. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez, p.595-609 ,2007.

HIRATA, Helena. **Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”?** IN: GODINHO Tatau, SILVEIRA, Maria Lúcia da (org). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

<http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio019>. Acesso em 2004.

<http://www.agenciaoglobo.com.br/> Acesso em março de 2010

<http://www.portacurtas.com.br/Filme.asp?Cod=4910>. Acesso em julho de 2010.

http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/anuario_da_pesca_completo.pdf. Acesso setembro de 2012.

http://www.peaz.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=650&Itemid=81. Acesso em outubro de 2012.

<http://www.pe-az.com.br/index.php?option=com...itapissuma>. Acesso em setembro de 2012.

<http://cardumebrasil.blogspot.com.br/2010/03/o-que-e-pesca-artesanal.html>, acesso em novembro de 2012.

INÁCIO, Pedro Henrique Dias; LEITÃO, Maria Rosário Fátima Andrade. **Pesca, Gênero e Políticas Públicas: uma introdução a história da articulação de mulheres pescadoras de Pernambuco**. IN: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana. (Org.). **Gênero e Trabalho: Diversidades de Experiências em Educação e Comunidades Tradicionais**. 1 ed. Florianópolis: Mulheres, v. 1, p. 171-191, 2012.

JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**. Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, p.71-72,1998.

Jornal do Pescador , Ano I, 1ªedição/ p 06, Maio de 2010.

LAGARDE, Marcela. Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia. Madrid, Horas & Horas, p.209,1996.

LEITÃO, M. R. F. A. **Pesca & gênero: o papel das mulheres no desenvolvimento local.** - Cartilha. Labrys. Estudos Feministas (Online), v. 13, p. 1-12, 2008b.

LEITÃO, M. R. F. A. **A Ver-o-Mar, a construção do diálogo entre universidade e sociedade.** IN LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. (Org). Extensão Rural & Extensão pesqueira: Experiências Cruzadas. 1 ed. :, v. 1, p. 105-112, 2008b.

LEITÃO, M.R.F.A. **Gênero e Políticas Públicas na Pesca Artesanal de Itapissuma.** IN CALLOU, A. B. F; TAUKE SANTOS. M, Sallet; GEHLEN, V.R.F(organizadores) Comunicação, Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas. Recife, ed. Fundação Antônio dos Santos Abranches, (FASA) p. 161-174, v.1, 2009.

LEITÃO, Maria do Rosário Andrade. **Gênero, Geração e Políticas Públicas na Pesca Artesanal.** IN: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria e AREND, Silvia Maria Fávero (Org). Diversidades: Dimensões de Gênero e Sexualidade. Florianópolis, Editora Mulheres, p.103-123, 2010a.

_____, Maria do Rosário Andrade (Org.). **30 Anos de Registro Geral da Pesca para Mulheres.** Recife: Editora FASA, v.1, p.02-17, 2010b.

LEITÃO, M.R. F, A. **Gênero, Trabalho e Políticas Públicas na Pesca Artesanal do Sertão de Pernambuco.** Labrys (Edição Francaise. Online), v. 20-21, p. 1-20, 2011.

LEITÃO, M. R. F. A. **Gênero e Trabalho: Diversidades de Experiências em Educação e Comunidades Tradicionais.** 1 ed. Florianópolis: Editora de Mulheres, 2012a.

_____, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Gênero e Pesca Artesanal.** Linceu, Recife, 2012b.

LEITÃO, M.R. F, A, **Trabalho e Gênero na Pesca Artesanal**, 28 RBA, São Paulo, 2012.

LIMA, Claudia Maria; SARAIVA, Rosa Maria, LEITÃO, M.R.F.A. **Gênero e Políticas Públicas.** Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder. 2008.

MALTA, A; Acioli, A; Albuquerque, A; Mesquita, G.; Neto de Andrade, L. A.; LEITÃO, M. R. F. A. **Desenvolvimento Humano, Econômico e Social.** IN: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade (Org). Extensão Rural & Extensão Pesqueira: Experiências Cruzadas. 1 ed. Recife: FASA, v. 1, p. 43-52, 2008.

MANESCHY, Maria Cristina et al. **“Pescadoras em busca de cidadania”.** IN: ALVARES, Maria Luiza Miranda, D’INCAO, Maria Ângela(Org). A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, p. 81-96, 1995.

MAZZA, Jacqueline. **Inclusão social, mercados de trabalho e capital humano na América Latina**. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). *Inclusão social e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 183, 2005.

NOGUEIRA, Josué. **50 anos da nossa Brasília**. <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/politica/?p=6401>. Acesso em abril de 2010.

PASQUOTTO, Vinicius Frizzo. **Pesca Artesanal no Rio Grande do Sul: Os Pescadores de São Lourenço do Sul e Suas Estratégias de Reprodução Social**: Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, p.10-166, 2005.

PEREIRA, Nilda da Silva. **Educação Profissional e Oficinas de Gênero**. IN: CURADO, Jacy; AUAD, Daniela (Org). *Gênero e Políticas Públicas: A Construção de uma Experiência de Formação*. Campo Grande: UCDB, p. 148-152, 2008.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Observação Participante e Pesquisa-Ação** IN: DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio. (Org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação** – 2. Ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, p. 125-145, 2011.

PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. **Alimentação e globalização: algumas reflexões**. *Ciência. Cult.* Vol.62 nº.4 São Paulo. 2010.

SANTOS, Raquel e FUJÃO, Carlos. Universidade de Évora – Curso Pós Graduação: Técnico Superior de HST. <http://www.professores.uff.br/cecilia/disciplinas/Texto-Antropometria.pdf>. Acesso em janeiro de 2013.

SANTOS, M^a.Salett Tauk, CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. **Desafios da Comunicação Rural em Tempo de Desenvolvimento Local**. *Signo. Revista de Comunicação Integrada*. João Pessoa PB. V.2, n.3, p.45,1995.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, p. 02-13, 2012.

SEVERO, Christiane Marques. **Pesca Artesanal em Santa Catarina: evolução e diferenciação dos pescadores da Praia da Pinheira**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, p. 01-132, 2008.

SILVER, Hilary. **Políticas dos países europeus para promover a inclusão social**. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). *Inclusão social e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SORJ, Bila, **Os Cuidados com a Família e as Desigualdades de Gênero e Classe**. IN: COSTA, Albertina, ÁVILA, Betânia, SILVA, Roseane; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica; (Org) *Divisão Sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo*, Recife: SOS corpo, instituto feminista para democracia, p. 57-65, 2010.

_____, Bila; HEILBORN, Maria Luiza. **Estudos de Gênero no Brasil**. IN MICELI,

Sérgio et al (Org). O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)-2 ed. - São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES p. 183-220, 1999.

SOUZA, F.I.de. **O cliente: o outro lado da prostituição**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, p, 02-10, 2006.

SUÁREZ, Mireya. “**Gênero: uma Palavra para Desconstruir Ideias e um Conceito Empírico e Analítico**”. Gênero no Mundo do Trabalho. I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. p.08-30. Campinas, 2000.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA, p. 02-11, 2002.

TORREÃO, Nádia. **Questões de Gênero no Desenvolvimento Local Sustentável**. IN: FILHO, Adalberto do R.M; PEDROSA, Ivo Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Luis Márcio de Oliveira(Org). Gestão do desenvolvimento local sustentável. Recife: Editora, p. 59-107, 2006.

VERAS, D.B.; LEITÃO, M. R. F. A. **Por uma Articulação Ambientamente Sustentável: Práticas e Representações da Educação Ambiental na Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco**. IN: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana. (Org). Gênero e Trabalho: Diversidades de Experiências em Educação e Comunidades Tradicionais. 1 ed. Florianópolis: Mulheres, , v. 1, p. 201-220, 2012.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record,p,1997.

APÊNDECI



Fotografia 8. Dinâmica tecendo rede de relacionamnetos.



Fotografia 10. Grupo reunido ao final do evento



Fotografia 11. Mesa de Abertura do Seminário Institucional realizado em Brasília/DF em Maio de 2012, da esquerda para a direita a mesa estava composta por: Natercia Mignac Colônia Z -01/PE, Joana Mousinho Colônia Z -10/PE, Rosário Leitão /UFRPE, Átila Maia do MPA, Julia Colares do Ministério Trabalho/CE e Sérgio Mattos /MPA.

ANTECEDENTES AO EVENTO DIAGNÓSTICO EM RECIFE

INTRODUÇÃO

1. Roteiro Proposto

1.1 – ATIVIDADES TEMÁTICAS PARTICIPATIVAS – 30/07/2010

- 1.1.1 - Acolhimento e coleta de sangue para exames clínicos
- 1.1.2 – Atividade de identificação, expectativas e definição do acordo de convivência.
- 1.1.3-Explicação sobre o projeto e o objetivo do encontro
- 1.1.4 - Exibição do filme: “Acorda Raimundo”
- 1.1.5 – Atividade das mãos: O que essa mão fez?
- 1.1.6 – Atividade construção de Rotina Diária
- 1.1.7 Atividade Diagnóstico da Pesca
- 1.1.8 – Construção das Bonecas
- 1.1.9 – Palestra

2 . AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PRIMEIRO DIA DO EVENTO

3. –ATIVIDADES TEMÁTICAS PARTICIPATIVAS – 31/07/2010

- 3.1 - Aferição de pressão arterial
- 3.2 – Dinâmica da bola
- 3.3 – Dramatização sobre saúde pública
- 3.4 - Exibição do vídeo: “Dr^a. Marta”
- 3.5 – Atividade: Saúde Ocupacional
- 3.6 - Dinâmica relaxamento
- 3.7 - Exibição do vídeo: “Vida Maria”
- 3.8 – Atividade: Diagnóstico da Alimentação
- 3.8.1 - Atividade Diagnóstico da Alimentação (o processo de cozinhar)
- 3.8.2 - Atividade: Diagnóstico da Alimentação (hábito alimentar)
- 3.9 – Questionário Recordatário da Alimentação

4. ATIVIDADES TEMÁTICAS PARTICIPATIVAS – 01/08

- 4.1 – Dinâmica “Tecendo a Rede”
- 4.2 – Retrospectiva do que foi realizado
- 4.3 – Atividade: Árvore dos desejos
- 5. –Apresentação slides do evento e filmagem da dramatização
- 6. - Resultados Alcançados

Roteiro Proposto Metodologia - Participativa

- **ATIVIDADE 1:**

MANHÃ:

ACOLHIDA 9H00

Acolhimento e coleta de sangue para exames clínicos - **café da manhã.**

Apresentação das/os participantes

Dinâmica: Construção de Boneco (a):

Trabalho em Pequenos grupos (10 grupos de 3 pessoas).

Cabeça: Identidade (Quem sou eu / Onde Moro? / O que faço? Onde? / Qual minha idade?)

Mãos: Trabalho - (Quanto tempo trabalho na pesca? / Meu marido é pescador? / Ajuda no meu trabalho como pescadora? Ajuda em casa? Em que? / Quantos filhos tenho? Ajudam no meu trabalho?).

Coração: Sentimentos (Alegrias e Tristezas de realizar esse trabalho?). Condições que limitam o seu trabalho na pesca? (menstruação, gravidez).

Pés - Nossos caminhos: (O que enfrentamos todos os dias?).

Tempo: 01h30min;

Material: Papel Madeira.

- **ATIVIDADE 2:**

Oficina de identificação, expectativas e definição do acordo de convivência.

- **ATIVIDADE 3:**

Explicação sobre o Projeto e o objetivo do encontro.

TARDE:

- **ATIVIDADE 4:**

14H00- Exibição do Filme: “Acorda Raimundo” (20 minutos).

Quais as questões apresentadas no filme que refletem nosso dia a dia:

1. Nas Relações de Trabalho;
2. Na Divisão Sexual do Trabalho;
3. Na Economia Familiar;
4. Na Participação Feminina.

- **ATIVIDADE 5:**

15H00 – 50 MINUTOS

Dinâmica:

O QUE ESSA MÃO JÁ FEZ?

OBJETIVO

- Resgatar a história de vida dos (as) participantes, contribuindo para sua auto-estima e auto conhecimento de sua condição de trabalho.
- Pedir para que cada participante faça na folha A4 um molde de uma de suas mãos;
- Em seguida solicitar que os (as) participantes escrevam: O que essa mão já fez? (Exemplo: cozinhou etc.).

REFLEXÕES E DISCUSSÕES PROPOSTAS

- Cada participante irá mostrar o desenho de sua mão e ler sobre “o que essa mão já fez”?
- Perguntar para os participantes o que acharam da experiência de falar sobre a “sua mão” e de conhecer a “mão” dos outros participantes.

Destaque para reconhecimento profissional e participação política.

“Metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário”

Nas respostas das participantes identificar quais as atividades que se relacionam com as questões sobre **Relações de Trabalho**.

Em seguida construir conjuntamente o gráfico da rotina diária para coletar dados das questões abaixo

1. Quais atividades você realiza no dia a dia? (Observar se ela se identifica como trabalhadoras da pesca)

2. Onde faz as atividades, como é o trabalho (tarefas)?
3. Qual o tempo utilizado em cada um desses trabalhos?
4. Quem participa dessas atividades junto com você? Quais as medidas para sanar as dificuldades?
5. Nas atividades diária em qual gasta mais tempo?
6. Quanto tempo realiza a atividade, e o trabalho doméstico?
7. Quem faz o quê em casa e na rua? (homem, mulher, filhos/as).

16H00 – 50 MINUTOS

• **ATIVIDADE 6:**
DIAGNÓSTICO DAPESCA

OBJETIVO

- Desenvolver um diagnóstico no qual sejam identificadas as atividades, as necessidades relacionadas às atividades, a comercialização e a geração de renda.

DESENVOLVIMENTO

- Pedir para que cada participante escreva na tarjeta ou fale sobre os dados relacionados à pesca delimitada em cada coluna.
- No caso do acesso a área pode desenhar para ficar mais lúdico.

N o m e	Pesca/ Coleta	Espécie peixes	Espécie marisco	A quem vende ou troca?	Renda	Quem controla o dinheiro do trabalho em casa	Acesso à área de pesca/ coleta	Dificuldades (apoio familiar, creche, desgaste físico, acesso a mercado, infra-estrutura material).
------------------	------------------	-------------------	--------------------	------------------------------------	-------	--	--	--

O/A facilitador/a pode lembrar aspectos contemplados nas questões abaixo:

1. Possui os materiais necessários para o trabalho?
2. Como faz para obtê-los e se não tem como faz?
3. Quais as dificuldades que você enfrenta no trabalho? (apoio familiar, creche, desgaste físico, acesso a mercado, infra-estrutura material)
4. Você trabalha durante a gravidez?

• **ATIVIDADE 7:**

NOITE

Preparação da Dramatização

Dinâmica: Teatro – Acesso às Políticas Públicas

Trabalho em Grupo: Dividir o grupo em 04 – 05 subgrupos

Instituições/Entidades: INSS, Colônias de Pescadores, MPA/SEAP.

Solicitar que cada grupo escolha uma instituição ou entidade para representar a forma de atendimento e como tem sido garantido o acesso das mulheres as políticas públicas. Cada grupo deverá representar o atendimento, colocando a forma de atendimento, garantia de acesso, principais benefícios solicitados. Os (as) participantes dos outros grupos deverão destacar em tarjetas os principais pontos destacados pelo grupo que fez a representação e complementar, se necessário às informações.

Segundo Dia: 31 de julho 2010

- **ATIVIDADE 8:**

MANHÃ (Dramatização)

8h00 - Dinâmica – Teatro – Acesso às Políticas Públicas – (1 h)

- **ATIVIDADE 9:**

9h00 – DINÂMICA – Assistir DVD – da ONG - Loucas de Pedra Lilás – Dra. Marta – duração 1h para atividade.

O tema trabalha as questões íntimas que precisam ser escutadas. O corpo examinado. A receita explicada. Profissionais que fogem desta prática devem ser contestados/as. Existem “Dra. Martas” onde você se consulta?

Recortar numa cartolina o modelo do corpo de uma mulher e colar tarjetas com o nome das doenças que serão respostas das perguntas norteadoras.

Além das questões relacionadas à intimidade feminina. Vocês têm sido escutadas nas consultas sobre queixas relacionadas à atividade de trabalho? Já sentiu dor em decorrência do

trabalho? Já sentiu dores, dormência, inchaço, quando começaram esses sintomas? Em que parte do corpo? O que fez para tratar essa dor? Procurou algum lugar para tratamento?

- **ATIVIDADE 10:**

Oficina Saúde Ocupacional

Quais são as queixas de doenças relacionadas ao trabalho da pesca?	As doenças do trabalho das pescadoras são ouvidas pelos médicos?	Alguém se afastou do trabalho para realizar o tratamento?	Como você faz para se afastar do trabalho para realizar esse tratamento?	Já procurou em algum momento a previdência para auxílio doença, auxílio acidentário, auxílio maternidade, aposentadoria?
--	--	---	--	--

Algumas questões orientadoras:

Tem algum caso de afogamento? Como foi? (mulheres que não sabem nadar)?

Quais as formas de proteção para evitar as doenças do trabalho?

Quais doenças vocês tiveram, que tem relação com o trabalho? (Câncer de pele, problemas ginecológicos, oftalmológicos).

Era evitável?

TARDE

- **ATIVIDADE 11:**

Dinâmica:

14H00 – Assistir DVD – Vida Maria⁶¹ – animação (8 minutos)

O que vocês observaram na vida destas mulheres do filme que acontece com vocês?

Diagnóstico da Alimentação

Quem cozinha na sua casa?	Quem ensina a fazer a comida?	Quem aprende a fazer a comida?	Quais os alimentos utilizados infância?	Quem compra a comida? (ação: pagar/comprar)
---------------------------	-------------------------------	--------------------------------	---	---

⁶¹ Filme de Márcio Ramos.

- **ATIVIDADE 12:**
- **16h00 – Questionário Recordatório da Alimentação.**

O que você come no dia a dia?	O que se deve comer e o que não se deve?	Qual é o prato que sua família gosta mais?	Qual é a comida de fim de semana (domingo)?	Qual o melhor prato para dias de festas? (aniversários casamentos...)
-------------------------------	--	--	---	---

Terceiro Dia 01/08/2010

- **ATIVIDADE 13:**
8H00 - ÁRVORE DOS DESEJOS – O que vocês precisam para melhoria da sua atividade pesqueira junto as Instituições governamentais?
- **ATIVIDADE 14- Dinâmica de Avaliação/ ALMOÇO E SAÍDA.**

ANEXO

Legislação 11.959

Vale ressaltar que a legislação 11.959, de 29 de junho de 2009, vigente, estabelece em sua totalidade, os seguintes aspectos relacionados à atividade pesqueira:

- Capítulo I – Normas Gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura da Pesca.

Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover: desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, o ordenamento, a preservação, o desenvolvimento socioeconômico;

- Capítulo II - As Definições.

Recurso pesqueiro, aquicultura, pesca, aquicultor, armador de pesca, empresa pesqueira, embarcação brasileira de pesca, embarcação estrangeira de pesca, transbordo do produto da pesca, áreas de exercício da atividade pesqueira, processamento, ordenamento pesqueiro, águas interiores, águas continentais, alto-mar, mar territorial, zona econômica exclusiva, plataforma continental, defeso, pescador amador, pescador profissional;

- Capítulo III - Da Sustentabilidade do Uso dos Recursos Pesqueiros e da Atividade da Pesca.

Sessão I - Da Sustentabilidade do uso dos Recursos Pesqueiros

Art. 3º Compete ao poder público à regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso: os regimes de acesso; a captura total permissível; o esforço de pesca sustentável; os períodos de defeso, as temporadas de pesca; os tamanhos de captura; as áreas interditadas; as artes; a capacidade de suporte dos ambientes; as necessárias ações de monitoramento; a proteção de indivíduos;

Sessão II - Da atividade Pesqueira

Art. 4º A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

Art. 5º O exercício da atividade pesqueira somente poderá ser realizado mediante prévio ato autorizativo emitido pela autoridade competente, asseguradas: a proteção dos ecossistemas; a busca de mecanismos para a garantia da proteção, a busca da segurança alimentar, O exercício da atividade pesqueira, de espécies, do processo reprodutivo das espécies, da saúde pública, do trabalhador,

- Capítulo- IV da Pesca

Seção I, da Natureza da Pesca,

Art. 8º da pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como: comercial (artesanal e industrial); não comercial (científica amadora e de subsistência);

Seção II, das Embarcações de Pesca,

Art. 9º Podem exercer a atividade pesqueira em áreas sob jurisdição brasileira: as embarcações brasileiras; as embarcações estrangeiras de pesca; as embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por empresas;

Art. 10. Embarcação de pesca, para os fins desta Lei, é aquela que, permissionada e registrada perante as autoridades competentes, na forma da legislação específica, opera, com exclusividade, em uma ou mais das seguintes atividades:

I - Na pesca;

II – Na aquicultura;

III – Na conservação do pescado;

IV – No processamento do pescado;

V – No transporte do pescado;

VI – Na pesquisa de recursos pesqueiros.

- Capítulo V - da Aquicultura

Art.18º-O aquicultor poderá coletar, capturar e transportar organismos aquáticos silvestres, com finalidade técnico-científica ou comercial, desde que previamente autorizado pelo órgão competente, nos seguintes casos:

I-Reposição de plantel de reprodutores;

II-Cultivo de moluscos aquáticos e de macroalgas;

Art. 19º-A aquicultura é classificada como:

I – Comercial: quando praticada com finalidade econômica, por pessoa física ou jurídica;

II – Científica ou demonstrativa: quando praticada unicamente com fins de pesquisa, estudos ou demonstração por pessoa jurídica legalmente habilitada para essas finalidades;

III – Recomposição ambiental: quando praticada sem finalidade econômica, com o objetivo de repovoamento, por pessoa física ou jurídica legalmente habilitada;

IV – Familiar: quando praticada por unidade unifamiliar, nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

V – Ornamental: quando praticada para fins de aquariofilia ou de exposição pública, com fins comerciais ou não.

Art. 20º-O regulamento desta Lei disporá sobre a classificação das modalidades de aquicultura:

I-A forma do cultivo;

II-A dimensão da área explorada;

III-A prática de manejo; finalidade do empreendimento;

- Capítulo VI do Acesso aos Recursos Pesqueiros:

Art. 24º-Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, bem como no Cadastro Técnico Federal - CTF na forma da legislação específica.

Art. 25º-A autoridade competente adotará, para o exercício da atividade pesqueira, os seguintes atos administrativos:

I-Concessão;

II-Permissão;

III-Autorização;

IV-Licença;

V – Cessão

- Capítulo VII - do Estímulo À Atividade Pesqueira:

Art. 27º-São considerados produtores rurais e beneficiários da política agrícola de que trata o art. 187 da Constituição Federal as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividade pesqueira de captura e criação de pescado nos termos desta Lei;

- Capítulo VIII - Fiscalização e Sanções,

Art. 31º-A fiscalização da atividade pesqueira abrangerá as fases de pesca, cultivo, desembarque, conservação, transporte, processamento, armazenamento e comercialização dos recursos pesqueiros, bem como o monitoramento ambiental dos ecossistemas aquáticos.

- Capítulo IX - Disposições Gerais.

Art. 34. O órgão responsável pela gestão do uso dos recursos pesqueiros poderá solicitar amostra de material biológico oriundo da atividade pesqueira, sem ônus para o solicitante, com a finalidade de geração de dados e informações científicas, podendo ceder o material a instituições de pesquisa.

Em toda a legislação o Art. 4 do Capítulo III e o seu parágrafo único, respondem a uma parcela da demanda das pescadoras ao incluir na condição de atividade pesqueira a comercialização e o processamento, funções estas desenvolvidas por muitas mulheres nesta cadeia produtiva.